



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

## **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050302/2026**

#### **“ART. 75, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021”**

O Município de Turilândia, Estado do Maranhão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.533/0001-97, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, torna público, a Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por lote**, na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto Municipal nº 09, de 25 de março de 2024, do Decreto Estadual nº 41.471, de 09 de fevereiro de 2026, do Decreto Municipal nº 14, de 24 de março de 2026, e demais normas aplicáveis.

**Início do Recebimento das Propostas:** 06/04/2026.

**Data da Sessão:** 10 de abril de 2026.

**Horário da Fase de Lances:** das 08h00min as 14h00min.

**Plataforma Eletrônica:** <https://www.licitanet.com.br/>

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Lote

**Valor Estimado:** R\$ 1.125.019,40 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, dezesseis reais e quarenta centavos), apurado com base em pesquisas de preços realizadas por meio da ferramenta Banco de Preços ([www.bancodeprecos.com.br](http://www.bancodeprecos.com.br)), adotando-se como critério a média dos valores obtidos, conforme documentação devidamente juntada aos autos do processo administrativo.

## **1.0. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Contratação emergencial de empresa para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Saneamento do município de Turilândia – MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

## **2.0. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica empresas interessadas em contratar com o Município de Turilândia/MA, que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à LICITANET – Licitações On-line (<https://www.licitanet.com.br/>), em atividade econômica compatível com o objeto licitado, que sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34)



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo email: contato@licitanet.com.br.

2.1.1. O registro no respectivo cadastro de fornecedores, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante na plataforma eletrônica e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente ao término do envio das cotações.

2.2. A empresa participante responde integralmente por todos os atos praticados na Plataforma Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma participante.

2.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes à disputa.

2.5. Estão impedidas de participar deste certame as pessoas jurídicas:

2.5.1. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

2.5.2. Sob processo de falência, recuperação judicial ou insolvência civil;

2.5.3. Suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, conforme consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

2.5.4. Punidas com suspensão temporária para licitar ou contratar com o Município de Turilândia/MA;

2.5.5. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.5.6. Enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei nº 14.133/21;

2.5.7. Estrangeiras que não funcionem no país;

2.5.8. Consideradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União;

2.5.9. Que constem na relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado.

2.6. A participação nesta Dispensa Eletrônica implica o reconhecimento pela licitante de que conhece e se submete a todas as cláusulas e condições do presente Edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada no preâmbulo.

2.7. O Aviso e seus anexos poderão ser obtidos através da internet, através dos sítios: da Prefeitura Municipal: <https://turilandia.ma.gov.br/>, no licitanet: ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site do TCEMA: (<https://app.tcema.tc.br/sincontrata/mural/procedimento>).

2.8. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta dispensa eletrônica, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou sub-



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

contratação.

**3.0. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.7. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.10. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

3.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.13. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.13.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.13.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no item 2.14 deste Aviso de Contratação, bem como nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.0. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Lote.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5.0. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

5.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.6. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta nos cadastros indicados no Termo de Referência desta contratação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. conter vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Quando a proposta de preço apresentada for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, será considerada como hipótese de presunção relativa de inexequibilidade, devendo ser submetida à verificação de sua viabilidade, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.10.1. Nessa situação, a Administração promoverá diligência, assegurando ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, conforme disposto no §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.10.2. Para fins de comprovação, poderá ser exigida a apresentação de documentação idônea que demonstre a compatibilidade dos preços ofertados com os custos de execução do objeto, tais como notas fiscais de aquisição (entrada) dos produtos, emitidas em nome da empresa, relativas aos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ou notas fiscais de saída, desde que emitidas em período anterior à data de publicação do aviso da dispensa de licitação também no prazo máximo de 180 dias deste.

5.10.3. As notas fiscais deverão evidenciar que os custos de aquisição são compatíveis com os valores ofertados, podendo ser complementadas por outros documentos, como contratos com fornecedores, tabelas de preços, planilhas de composição de custos, ou quaisquer outros meios de prova admitidos que demonstrem a viabilidade econômica da proposta.

5.10.4. A análise da exequibilidade considerará, de forma global, todos os custos envolvidos na execução do objeto, tais como despesas operacionais, logísticas, tributos, encargos e margem de lucro, não se restringindo exclusivamente ao custo de aquisição.

5.10.5. O não atendimento à diligência no prazo fixado, ou a apresentação de documentação





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

insuficiente para comprovar a exequibilidade, implicará na desclassificação da proposta, nos termos da legislação aplicável.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.16. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6.0. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. O fornecedor deverá enviar no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação via sistema, os documentos de HABILITAÇÃO em formato digital, descrito no Termo de Referência deste Aviso.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

6.4. O fornecedor provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.5. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7.0. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato (**ANEXO IV**).

7.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3. A Convocação para assinatura do contrato será encaminhada para o e-mail da futura contratada informada na Carta Proposta, sendo considerado como recebida um dia após o momento do envio, ficando a cargo da mesma o monitoramento de suas caixas de mensagens, bem como a comunicação formal de possível mudança.

7.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Contrato.

7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**8.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, o que inclui dentre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ainda que a empresa não tenha se beneficiado dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006;

8.1.11. ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e

8.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

8.3. A Multa prevista no inciso II do artigo art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, será de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

8.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## **9.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, situação em que a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Este aviso e seus anexos podem ser consultados gratuitamente na sala da Comissão de Contratação, situada à Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, nº 100, Centro – Turilândia - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 12:00, também se encontra disponível para consulta no site da Prefeitura Municipal: <https://turilandia.ma.gov.br/>, no licitanet: ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site do TCEMA: (<https://app.tcema.tc.br/sincontrata/mural/procedimento>). Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo e-mail: [licitacaoturilandia@gmail.com](mailto:licitacaoturilandia@gmail.com).

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**ANEXO I – Termo de Referência;**

**ANEXO II – Modelo de Proposta;**

**ANEXO III – Modelo de Declarações;**

**ANEXO IV – Minuta do Contrato.**

Turilândia/MA, 01 de abril de 2026.

---

**Cristina Oeiras Modesto**  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **DISPENSA EMERGENCIAL**

#### **ART. 75, INCISO VIII, DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021**

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação emergencial de empresa para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Saneamento do município de Turilândia – MA.

1.2. Trata-se de contratação de natureza essencial e urgente, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados à população, assegurando o adequado abastecimento das unidades de saúde com insumos indispensáveis ao atendimento médico, hospitalar e ambulatorial, evitando desassistência e riscos à saúde pública, bem como a necessidade imediata da presente contratação, motivada por situação emergencial que demanda pronta atuação da Administração a fim de evitar prejuízos e assegurar a continuidade dos serviços públicos, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com o disposto no inciso II do art. 15 do Decreto nº 09, de 25 de março de 2024, fica dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.3. Dessa forma, o presente Termo de Referência tem por finalidade descrever a solução adotada e apresentar as informações essenciais à formalização da contratação emergencial, em observância aos princípios da eficiência, continuidade e interesse público.

1.4. O contrato terá vigência de 03 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura, limitando-se a execução do objeto às entregas solicitadas pela Administração durante esse período.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1 A presente contratação emergencial para o fornecimento de medicamentos e material médico-hospitalar justifica-se pela necessidade imperiosa de garantir a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos de saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Turilândia – MA.

2.2. Os medicamentos e materiais médico-hospitalares constituem insumos essenciais e indispensáveis para a execução das ações e serviços de saúde, sendo fundamentais para a realização de atendimentos ambulatoriais, hospitalares, procedimentos de urgência e emergência, bem como para a manutenção de tratamentos contínuos de pacientes assistidos pela rede pública municipal. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete diretamente a qualidade da assistência prestada, podendo ocasionar agravamento do quadro clínico dos pacientes, interrupção de tratamentos, aumento da demanda por serviços de maior complexidade e, em situações mais



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

críticas, risco iminente à vida.

2.3. Destaca-se que o Município possui o dever constitucional de assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, conforme preconizado pelo art. 196 da Constituição Federal, sendo a disponibilização adequada de medicamentos e materiais médico-hospitalares condição básica para a efetivação desse direito fundamental. Nesse contexto, a descontinuidade no fornecimento desses insumos caracteriza grave prejuízo ao interesse público e afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da continuidade do serviço público.

2.4. A situação que ora se apresenta demanda atuação imediata do Poder Público, tendo em vista o risco de desabastecimento nas unidades de saúde, o que pode comprometer o funcionamento regular de hospitais, unidades básicas de saúde e demais estabelecimentos vinculados à rede municipal. Ressalta-se que tais insumos são utilizados diariamente e em larga escala, não sendo possível a suspensão ou postergação de sua aquisição sem prejuízos irreparáveis à população usuária do sistema de saúde.

2.5. Ademais, a natureza dos serviços de saúde impõe a necessidade de pronta resposta da Administração Pública, especialmente em cenários de aumento da demanda por atendimentos, surtos sazonais de doenças, intercorrências clínicas e demais situações que exigem intervenção imediata. Assim, a contratação emergencial mostra-se medida adequada e necessária para prevenir danos à saúde pública, garantir a assistência contínua aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e resguardar a responsabilidade do ente municipal na prestação dos serviços essenciais.

2.6. Importa destacar, ainda, que a contratação pretendida não se trata de mera conveniência administrativa, mas de medida imprescindível para assegurar condições mínimas de funcionamento da rede de saúde municipal, evitando a paralisação ou redução dos atendimentos e assegurando a manutenção dos serviços essenciais.

2.7. Destaca-se, ainda, que o Município de Turilândia-MA, encontra-se em situação excepcional decorrente da intervenção estadual, conforme Decreto nº 41.471, de 09 de fevereiro de 2026, bem como em Estado de Emergência Administrativa e Financeira, conforme Decreto Municipal nº 14, de 24 de março de 2026, circunstância que demandou reorganização administrativa e a adoção de medidas emergenciais para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, entre eles o fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar. Cumpre ressaltar que a presente situação de emergência administrativa e financeira não decorre de ausência de planejamento por parte da gestão municipal, mas sim de circunstâncias excepcionais, imprevisíveis e alheias à vontade da Administração, notadamente decorrentes da intervenção estadual, que impactaram diretamente a regularidade dos fluxos administrativos, operacionais e financeiros do ente municipal.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

2.8. Destaca-se que a situação enfrentada configura hipótese típica de excepcionalidade, na medida em que houve comprometimento da normalidade administrativa, com repercussões relevantes na gestão orçamentária e financeira, afetando a previsibilidade e a execução regular das contratações públicas.

2.9. Nesse contexto, a caracterização da emergência encontra amparo no dever da Administração Pública de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles relacionados à saúde, direito fundamental assegurado constitucionalmente, não sendo razoável imputar à gestão atual os efeitos decorrentes de um cenário extraordinário que demandou medidas imediatas para resguardar o interesse público.

2.10. Assim, resta evidenciado que o estado emergencial possui natureza superveniente, excepcional e devidamente justificada, legitimando a adoção de medidas céleres e adequadas, nos termos da legislação vigente, a fim de evitar prejuízos à coletividade e garantir a manutenção dos serviços essenciais à população

2.11. Desse modo, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de contratação direta nos casos de emergência ou calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade do serviço público, justifica-se a adoção de procedimento emergencial para a contratação de empresa que realize o fornecimento imediato dos medicamentos e material médico hospitalar necessários ao abastecimento das unidade de saúde e rede hospilar do município de Turilândia-MA.

2.12. Ressalta-se que a contratação emergencial para a aquisição de medicamentos e material médico hospitalar pelo prazo de 03 (três) meses, terá caráter temporário e estritamente necessário para garantir a continuidade do serviço público essencial, até que seja concluído o procedimento licitatório regular destinado à contratação definitiva para o fornecimento dos referidos medicamentos e material médico hospitalar.

2.13. Dessa forma, a presente contratação visa assegurar a continuidade do fornecimento de medicamentos e material médico-hospitalar, garantindo o regular abastecimento da rede pública de saúde do Município de Turilândia – MA, em condições adequadas para a prestação dos serviços de saúde à população, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da supremacia do interesse público e da proteção ao direito fundamental à saúde.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade:**

3.1. Para o objeto descrito no item 1.1, a possibilidade de impactos ambientais deve ser considerada, especialmente no que se refere à origem do produto, transporte, armazenamento e



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

descarte de resíduos, em observância ao novo regime jurídico instituído pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas, conforme disposto no art. 18, inciso I, §1º, inciso XII.

3.1.1. Poderá ser considerada como boa prática a adoção, pelo fornecedor, de certificações reconhecidas internacionalmente, como a ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 26000 (Responsabilidade Social), não constituindo, entretanto, requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.1.2. Caberá à contratada observar todas as normas ambientais, sanitárias e de segurança sanitárias aplicáveis ao fornecimento dos produtos, especialmente quanto ao transporte, acondicionamento e conservação, visando evitar desperdícios, contaminação ou danos ao meio ambiente, competindo à Administração Pública fiscalizar e acompanhar a execução do fornecimento.

**Da exigência de amostra**

3.2. Não será necessária a apresentação de amostras.

**Da exigência de carta de solidariedade**

3.3. Não será necessário.

**Subcontratação**

3.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

3.5. Não será exigida a garantia da contratação.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Execução**

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, ou em data previamente agendada pela Administração Municipal, conforme cronograma de distribuição.

4.2. Os produtos fornecidos deverão possuir prazo de validade mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de entrega no local indicado pela Administração.

4.3. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estipulado, salvo mediante justificativa técnica formalmente aceita pela Administração, em situações excepcionais devidamente comprovadas.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 4.4. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas, contendo identificação do lote, data de fabricação e prazo de validade, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- 4.5. Caso seja constatado, no ato do recebimento ou durante o uso, que o produto possui validade inferior à exigida ou apresenta qualquer irregularidade, o fornecedor deverá proceder à substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.
- 4.6. Os produtos deverão ser entregues em condições adequadas de armazenamento e transporte, de forma a assegurar a manutenção de sua integridade, qualidade e características originais até o momento da entrega. Os itens que exijam controle de temperatura deverão ser transportados, preferencialmente, em veículos refrigerados ou em caixas térmicas apropriadas, devidamente acondicionados para esse fim.
- 4.7. As Ordens de Fornecimento conterão, no mínimo, as seguintes informações: identificação do produto e suas especificações; quantidade solicitada; identificação do setor demandante; local, data e horário da entrega; bem como identificação do responsável pelo recebimento e ateste.
- 4.8. No ato da entrega, os produtos serão submetidos à verificação quanto à qualidade, peso, estado de conservação e conformidade com as especificações estabelecidas, podendo a Administração recusar total ou parcialmente aqueles que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.9. Caso sejam identificadas irregularidades, a empresa contratada deverá substituir os produtos recusados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional para a Administração.
- 4.10. Prazo de entrega poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação formal da contratada e desde que devidamente justificado, ficando a critério da Administração a análise quanto à conveniência e oportunidade da prorrogação.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Administrativa**

5.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

### **Gestor do Contrato**

5.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetiva- mente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**Fiscal do Contrato**

5.15. O fiscal do contrato acompanhará o desenvolvimento da execução contratual, acompanhando e fiscalizando a atividade de fornecimento, promovendo o registro do histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando, se for o caso, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.16. O fiscal do contrato realizará os registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e das medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.17. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.18. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.19. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.20. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os produtos serão rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Prazo de pagamento**

6.8. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestado pelo fiscal indicado pela Secretaria Municipal Requisitante,



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

demonstrando a entrega do objeto solicitado na Nota de fornecimento;

6.9. O pagamento estará condicionado a manutenção das condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

6.10. A Nota fiscal deverá conter o número da Conta Corrente, Agência e Banco para crédito.

6.11. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo simples, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo;

6.12. O Contratante reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização;

6.13. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo fiscal através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

6.14. Na ausência do fiscal do contrato (férias, licença ou viagem por interesse do Poder Judiciário), o atesto será dado através de outro servidor vinculado à Administração.

6.15. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da Contratada.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO (EMERGENCIAL)**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.1.1. A contratação para aquisição de medicamentos e material médico hospitalar da rede pública de saúde municipal, ainda que julgada pelo critério de **menor preço por lote**, visa assegurar que os produtos fornecidos atendam às especificações mínimas de qualidade, peso, conservação e condições sanitárias estabelecidas pela Administração Municipal. A definição prévia dessas especificações garante que, independentemente do fornecedor vencedor, os produtos atendam aos padrões adequados para consumo humano e às normas sanitárias aplicáveis. Dessa forma, o critério de julgamento por lote preserva a competitividade entre os fornecedores, ao mesmo tempo em que assegura a qualidade, a segurança e a padronização dos medicamentos e materiais médico-hospitalares destinados ao atendimento da rede de saúde pública do Município.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

de Turilândia – MA.

7.1.2. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, no âmbito da presente contratação emergencial, fundamenta-se em razões de ordem técnica, operacional e administrativa, devidamente alinhadas aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.1.3. Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação compreende o fornecimento de medicamentos e materiais médico-hospitalares, itens que, por sua natureza, apresentam elevado grau de interdependência logística e operacional, especialmente no contexto da rede pública municipal de saúde, que demanda abastecimento contínuo, padronizado e eficiente para o adequado funcionamento das unidades de atendimento.

7.1.4. A opção pela formação de lotes decorre da necessidade de assegurar maior racionalização na gestão contratual e na execução do fornecimento, permitindo a concentração de itens correlatos sob responsabilidade de um mesmo fornecedor, o que contribui significativamente para a redução de riscos de desabastecimento, atrasos na entrega e falhas na logística de distribuição.

7.1.5. Ademais, a contratação por lote proporciona ganhos de escala, possibilitando à Administração obter propostas mais vantajosas sob o ponto de vista econômico, na medida em que amplia o volume de fornecimento por fornecedor, incentivando a oferta de preços mais competitivos. Tal medida está em consonância com o princípio da economicidade e com as diretrizes estabelecidas no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.6. Sob o aspecto operacional, a fragmentação do objeto em múltiplos itens, com contratação de diversos fornecedores, acarretaria aumento significativo na complexidade da gestão contratual, exigindo maior esforço administrativo para controle de entregas, fiscalização, recebimento, conferência e eventual responsabilização contratual, o que se mostra **incompatível** com o cenário **emergencial** enfrentado pela Administração.

7.1.7. Ressalta-se que, no contexto de emergência administrativa e financeira vivenciado pelo Município, decorrente de circunstâncias excepcionais e supervenientes, a adoção de soluções que promovam maior celeridade, eficiência e segurança na execução contratual torna-se medida imprescindível, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde e evitar prejuízos à coletividade.

7.1.8. Importa destacar, ainda, que a definição dos lotes foi realizada com base em critérios técnicos de agrupamento por similaridade, compatibilidade e finalidade dos itens, não havendo restrição indevida à competitividade, uma vez que o mercado fornecedor de medicamentos e materiais médico-hospitalares possui capacidade operacional para atendimento por lote, sendo prática comum nesse segmento.

7.1.9. Registre-se, ainda, que a adoção do critério por lote observa o entendimento consolidado



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

dos órgãos de controle, no sentido de que o agrupamento de itens é admitido quando houver justificativa técnica e econômica, especialmente quando demonstrado que tal medida não restringe a competitividade e contribui para a eficiência da contratação.

7.1.10. Por fim, ressalta-se que a adoção do critério por lote não compromete o caráter competitivo do certame, tampouco afronta o princípio da isonomia, mas, ao contrário, contribui para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando eficiência na execução contratual, padronização dos insumos e maior segurança no abastecimento da rede pública de saúde.

7.1.11. Diante do exposto, resta devidamente justificada a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote, por se revelar a solução mais adequada, eficiente e compatível com a natureza do objeto e com a situação emergencial enfrentada pela Administração Pública Municipal.

7.1.12. A parte específica do Aviso determinará o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

### **Forma de Fornecimento**

7.2. O fornecimento será de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria Requisitante.

### **Micro e Pequenas Pmpresas**

7.3. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação/dispensa terá:

7.3.1. Os itens/lotes com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

7.3.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

### **Critérios de habilitação**

7.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica, será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:**

7.5. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.7. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.8. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.10. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.11. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.12. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço;

7.16. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

7.19. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.20. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

7.21. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**Qualificação Econômico-Financeira, será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos;**

7.22. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

7.23. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), termos de abertura e encerramento, notas explicativas e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, todos devidamente registrados na Junta comercial do Estado da sede da empresa;

7.23.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.23.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei;

7.23.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil;

7.24. Declaração com relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, nos termos do §3º, art. 69 da Lei 14.133/2021;

7.25. Declaração assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade ou índices apresentados junto ao balanço devidamente assinados por contador responsável, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

**Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

7.26. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um);

7.27. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

7.28. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**Qualificação Técnica, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos**

7.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação/dispensa.

7.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.30. Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto, por meio da apresentação de atestado, emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a empresa, executa ou executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente dispensa, ou com o lote pertinente de seu interesse, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.

7.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

7.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.31.3. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

7.31.4. Os atestados ou certidões que não possuem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

7.32. Licença de Funcionamento do órgão de Vigilância Sanitária Local competente – (dentro do prazo de validade) quando se tratar de distribuidor.

7.33. Autorização de Funcionamento da empresa participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - (Publicação em DOU).

7.34. Apresentar Autorização Especial de Funcionamento de Empresa (AE) para armazenar, distribuir, expedir e transportar Medicamentos Especial da licitante expedida pela ANVISA, cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU ou protocolo de entrada dos referidos documentos.

7.35. Registro no Conselho Regional de Farmácia (CRF) da empresa, com autorização para funcionamento.

7.36. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976.

7.37. Ficará a cargo do proponente provar que o medicamento objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

7.38. Os registros, declarações de notificação simplificada e certificados de dispensa de registro



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento.

7.39. Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) em nome da empresa licitante, em período de validade, acompanhado de Carteira de Trabalho ou outra prova de vínculo profissional, como também a Carteira de Inscrição no CRF do Responsável Técnico da empresa licitante.

**DEMAIS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**, além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

7.40. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

7.41. Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) do Município de Turilândia/MA. (Modelo sugerido no anexo III);

7.42. Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado. (Modelo sugerido no anexo III);

7.43. Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação. (Modelo sugerido no anexo III);

7.44. Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto. (Modelo sugerido no anexo III);

7.45. Declaração de Enquadramento na Condição de ME ou EPP.( Modelo sugerido no anexo III);

7.46. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (ART. 63, IV DA LEI 14.133);

7.47. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (ART. 63, §1º DA LEI 14.133/2021).

**7.41. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.41.1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, mediante envio através da plataforma Licitanet, por onde se dará a condução integral do processo de dispensa eletrônica.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

7.41.1.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

7.41.1.2. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

7.41.1.3 O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

7.41.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7.41.3. Caso a documentação de habilitação não esteja completa e correta ou contraria a qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o agente de contratação considerará o proponente inabilitado.

7.41.4. Todos os documentos que contenham prazo de validade deverão estar em plena vigência. Para aqueles documentos sem data de vencimento, sua validade será de 60 (sessenta) dias, contados da sua expedição.

7.41.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.41.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.41.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.41.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.41.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por empresa qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

7.41.8. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.41.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.41.10. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**7.41.11. Os licitantes deverão encaminhar os documentos de habilitação, preferencialmente, em um único arquivo PDF na ordem deste termo.**

**8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.125.019,40 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, dezenove reais e quarenta centavos)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO - MEDICAMENTOS EM GERAL LOTE I (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	A.A.S. ADULTO 500MG CX C/500	co	5.164	0,43	2.220,52
2	A.A.S. INFANTIL 100MG CX C/1000	co	7.377	0,14	1.032,78
3	ACEBROFILINA INFANTIL 120ML	u	1.475	11,40	16.815,00
4	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 120ML	u	1.475	13,13	19.366,75
5	ACETATO DE DEXAMETASONA; CLOTRIMAZOL 10 MG/G + 0,443 MG/G CREM DERM 40G	u	123	33,95	4.175,85
6	ACICLOVIR 200MG CX C/450	co	1.475	0,34	501,50
7	ACICLOVIR 50 MG/G 10G CREME	bn	1.180	3,90	4.602,00
8	ACIDO FOLICO 5MG C/500	co	6.639	0,09	597,51
9	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. 10ML	u	2.951	1,71	5.046,21
10	ALBENDAZOL 400MG CX C/100	co	2.951	0,79	2.331,29
11	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG CX C/04	co	295	0,65	191,75
12	AMBROXOL 3MG/ML PEDIATRICO 100ML	u	738	4,20	3.099,60
13	AMBROXOL 6MG/ML ADULTO 100ML	u	738	13,24	9.771,12
14	AMINOFILINA 100MG CX C/500	co	2.213	0,13	287,69
15	AMIODARONA 200MG C/500	co	1.475	0,66	973,50
16	AMOXICILINA 500MG CX C/840	co	8.852	0,43	3.806,36
17	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML	u	1.475	6,13	9.041,75
18	AMPICILINA 500MG C/840 CPR	co	5.902	0,84	4.957,68
19	AMPICILINA SUSP. 250MG 60ML	u	442	23,32	10.307,44
20	ANLODIPINO 10MG CX C/500	co	2.213	0,15	331,95
21	ANLODIPINO 5MG CX C/500	co	2.951	0,09	265,59
22	ATENOLOL 100MG CX C/600	co	2.213	0,23	508,99
23	ATENOLOL 25MG CX C/600	co	5.164	0,11	568,04
24	ATENOLOL 50MG CX C/600	co	2.213	0,12	265,56
25	AZITROMICINA 500MG CX C/450	co	4.426	1,85	8.188,10
26	AZITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 600 MG	u	442	10,39	4.592,38
27	AZITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 900 MG	u	295	15,18	4.478,10
28	BENZOATO DE BENZILA 60ML –	u	442	9,20	4.066,40
29	BROMETO DE IPRATROPIO 0,250MG/ML 20ML	u	2.951	2,22	6.551,22
30	BROMEXINA XAROPE ADULTO 120 ML.	u	221	13,25	2.928,25
31	BROMEXINA XAROPE INFANTIL 120 ML.	u	221	18,05	3.989,05
32	BROMOPIDA 10MG CX C/800	co	2.213	0,38	840,94
33	BROMOPRIDA GOTAS 0,4% 20 ML	u	295	3,92	1.156,40
34	BUSCOPAN (HIOSCINA) COMPOSTO C/600 COMP	co	1.180	0,75	885,00
35	BUSCOPAN (HIOSCINA) COMPOSTO GOTAS 20ML	u	148	2,04	301,92
36	CAPTOPRIL 25MG CX C/600	co	35.409	0,11	3.894,99
37	CAPTOPRIL 50MG CX C/600	co	17.704	0,27	4.780,08
38	CARBIDOPA+LEVODOPA 25+250MG CX C/30	co	1.180	1,68	1.982,40
39	CARVEDILOL 12,5MG C/30	co	1.180	0,32	377,60
40	CARVEDILOL 25MG C/30	co	590	0,33	194,70
41	CARVEDILOL 3,125MG C/30	co	590	0,22	129,80
42	CEFALEXINA 500MG CX C/500	co	6.639	0,87	5.775,93



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

43	CEFALEXINA SUSP 250MG/5ML 60ML	u	738	8,70	6.420,60
44	CETOCONAZOL 200MG CX C/450	co	3.688	0,45	1.659,60
45	CETOCONAZOL CREME DERMATOLOGICO 30G	bn	738	6,89	5.084,82
46	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/G 100ML	u	15	60,00	900,00
47	CIMETIDINA 200MG CX C/600	co	1.771	0,84	1.487,64
48	CINARIZINA 75MG CX C/450	co	886	0,83	735,38
49	CINARIZINA 25MG C/30 CAP	co	886	0,61	540,46
50	CIPROFLOXACINO 500MG C/300	co	5.164	0,38	1.962,32
51	CLOPIDOGREL 75 MG	co	615	0,83	510,45
52	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL NASAL 30ML.	u	15	13,08	196,20
53	CLORIDRATO DE BUPROPIONA;CLORIDRATO DE NALTREXONA (90 + 8) MG COM REV LIB PROL	co	123	4,90	602,70
54	COMPLEXO B COMPRIMIDO CX C/50	co	3.688	0,14	516,32
55	COMPLEXO B VITAMINA LIQ 100ML	fr	1.475	6,78	10.000,50
56	DEXAMETASONA 0,5 MG/5ML, ELIXIR	fr	738	4,93	3.638,34
57	DEXAMETASONA 4MG CXA C/200	co	1.771	1,95	3.453,45
58	DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 10G	bn	442	3,08	1.361,36
59	DEXCLOFENIRAMINA 100ML	u	1.475	4,59	6.770,25
60	DICLOFENACO POTASSICO 50MG CX C/500	co	4.426	0,28	1.239,28
61	DICLOFENACO RESINATO 20ML	fr	442	18,43	8.146,06
62	DICLOFENACO SODICO 50MG CX C/500	co	4.426	0,18	796,68
63	DOCLOFENACO ACIDO 44,3MG (CATAFLAM D)	co	29	3,30	95,70
64	DIGOXINA 0,25MG C/500 COMP	co	1.844	0,46	848,24
65	DIGOXINA ELIXIR 0,5MG/60ML	u	18	13,46	242,28
66	DIPIRONA SODICA 500MG CX C/500	co	8.852	0,29	2.567,08
67	DIPIRONA SODICA GOTAS 10ML	fr	590	10,49	6.189,10
68	ENALAPRIL 10MG CX C/500	co	4.205	0,18	756,90
69	ENALAPRIL 20MG CX C/500	co	4.131	0,19	784,89
70	ENALAPRIL 5MG CX C/500	co	4.131	0,15	619,65
71	ERITROMICINA 125MG/ML 60ML	u	148	11,19	1.656,12
72	ERITROMICINA 250MG/ML 60ML	u	148	8,19	1.212,12
73	ERITROMICINA 500MG CX C/420	co	2.213	2,10	4.647,30
74	ESPIROLACTONA 25MG CXA C/30	co	442	0,53	234,26
75	ESPIRONOLACTONA 100MG C/500	co	369	1,90	701,10
76	ESPIRONOLACTONA 50MG CX C/500	co	1.107	1,14	1.261,98
77	FENOTEROL (BEROTEC) 20ML	u	295	6,78	2.000,10
78	FLORAX ADULTO C/5 FLAC. 5ML	cx	236	21,78	5.140,08
79	FLORAX PEDIATRICO C/5 FLAC. 5ML	cx	236	16,76	3.955,36
80	FLUCONAZOL 150MG C/500	co	1.771	1,32	2.337,72
81	FUROSEMIDA 40MG CX C/500	co	3.688	0,11	405,68
82	FUROATO DE FLUTICASONA SPRAY 0,5MG	u	44	63,98	2.815,12
83	FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%, 130 ML	fr	43	17,15	737,45
84	GLIBENCLAMIDA 5MG CX C/450	co	22.130	0,08	1.770,40
85	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CXA C/400	co	22.130	0,07	1.549,10
86	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG CXA C/20	co	3.688	0,12	442,56
87	HIDROXIDO DE ALUMINIO 100ML	u	1.475	4,49	6.622,75
88	IBUPROFENO 300MG CX C/600	co	1.771	1,00	1.771,00
89	IBUPROFENO 600MG CX C/500	co	5.902	0,42	2.478,84
90	IBUPROFENO GOTAS 30ML	u	2.213	3,51	7.767,63
91	IODETO DE POTASSIO 100ML	u	295	18,80	5.546,00
92	ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG C/30	cx	295	0,56	165,20
93	ISOSSORBIDA 10MG CXA C/30	co	442	0,51	225,42
94	LEVODOPA+BENZERAZIDA 100MG+25MG CXA C/30	co	295	1,71	504,45



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

95	LEVOFLOXACINO 500MG CXA C/7	co	1.475	1,73	2.551,75
96	LIDOCAINA GEL 30G	bn	88	4,87	428,56
97	LIDOCAINA SPRAY 50 ML	u	19	48,85	928,15
98	LOSARTANA POTASSICA + HIDROCLOROTIAZIDA 50+12,5MG CX C/50	co	1.475	1,53	2.256,75
99	LOSARTANA POTASSICA 100MG C/300	co	14.754	0,56	8.262,24
100	LOSARTANA POTASSICA 50MG CX C/300	co	29.507	0,13	3.835,91
101	MEBENDAZOL SUSP. 30ML	u	1.475	7,64	11.269,00
102	MEBENDAZOL 100MG CX C/600	co	3.688	2,06	7.597,28
103	METFORMINA 500MG CX C/400	co	8.852	0,21	1.858,92
104	METFORMINA 850MG CX C/400	co	29.507	0,21	6.196,47
105	METILERGOMETRINA 0,2MG INJETÁVEL AMP 1ML D1CX/50 (ERGOMETRIN) (ERGOTRATE) (METHERGIM)	amp	590	3,93	2.318,70
106	METILDOPA 250MG CX C/500	co	2.951	0,85	2.508,35
107	METILDOPA 500MG CX C/500	co	2.213	1,34	2.965,42
108	METOCLOPRAMIDA 10MG CX C/500	co	1.475	0,21	309,75
109	METOCLOPRAMIDA GOTAS 4MG/10ML	u	738	2,62	1.933,56
110	METRONIDAZOL 250MG CX C/600	co	2.951	0,34	1.003,34
111	METRONIDAZOL INFANTIL 100ML	u	590	10,33	6.094,70
112	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 50G + 10 APLICADORES	bn	590	9,72	5.734,80
113	METRONIDAZOL+NISTATINA CREME VAGINAL 50G + APLICADORE	bn	442	13,94	6.161,48
114	MICONAZOL 20MG/ML 30 ML LOÇÃO	u	148	4,40	651,20
115	MICONAZOL CREME VAGINAL 80G + 14 APLICADOR	bn	442	17,98	7.947,16
116	MICONAZOL, DE NITRATO 20MG/G 28G CR DERMATOLOGICO	bn	886	8,15	7.220,90
117	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA 10GR	bn	1.180	2,75	3.245,00
118	NIFEDIPINO 10MG CX C/450	co	1.992	0,82	1.633,44
119	NIFEDIPINO 20MG CX C/450	co	1.992	0,21	418,32
120	NIMESULIDA 100MG CX C/504	co	6.639	0,18	1.195,02
121	NIMESULIDA GOTAS 50MG/ML 15ML	u	295	2,18	643,10
122	NISTATINA CREME VAGINAL 60G+14 APLIC.	bn	886	9,02	7.991,72
123	NISTATINA SOLUÇÃO ORAL 50ML	u	590	7,57	4.466,30
124	NORFLOXACINO 400MG CX C/14	co	369	0,84	309,96
125	OLEO MINERAL 100ML HOSPITALAR	u	1.475	8,45	12.463,75
126	OMEPRAZOL 20MG CX C/560	co	4.426	0,28	1.239,28
127	PARACETAMOL 200 MG/ML 15 ML	u	1.475	3,72	5.487,00
128	PARACETAMOL 500MG CX C/500	co	11.803	0,33	3.894,99
129	PARACETAMOL 750MG C/480	co	11.803	0,65	7.671,95
130	POLIVITAMINICO SUSP. 100ML	u	738	5,44	4.014,72
131	PREDNISONA 20MG CX C/600	co	1.475	0,31	457,25
132	PREDNISONA 5MG CX C/600	co	2.951	0,47	1.386,97
133	PROMETAZINA 25MG CX C/200	co	1.475	0,58	855,50
134	PROPRANOLOL 40MG C/600	co	5.164	0,19	981,16
135	SALBUTAMOL 100ML	u	738	6,83	5.040,54
136	SECNIDAZOL 1000MG C/100	co	1.107	2,16	2.391,12
137	SIMETICONA 75MG/ML (EMULSÃO ORAL)	fr	1.475	1,95	2.876,25
138	SINVASTATINA 20MG CX C/250	co	3.688	0,22	811,36
139	SINVASTATINA 40MG C/500	co	3.688	0,43	1.585,84
140	SORO REIDRATANTE ORAL 27,9G CX C/50 SACHES	e	738	2,31	1.704,78
141	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO	u	29	2,51	72,79
142	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA INFANTIL	u	29	2,18	63,22



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

143	SULFADIAZINA PRATA CREME 400G	pt	29	51,27	1.486,83
144	SULFAMET. + TRIMET. SUSP. 50ML FRA	u	1.180	6,36	7.504,80
145	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG CX C/400	co	2.951	0,33	973,83
146	SULFATO FERROSO 40MG CX C/500	co	8.115	0,14	1.136,10
147	SULFATO FERROSO XPE 100ML	u	1.475	4,21	6.209,75
148	VITAMINA C GOTAS 20ML	u	1.475	4,23	6.239,25
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 466.739,96</b>
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO - MEDICAMENTOS EM GERAL LOTE II (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	A.A.S. ADULTO 500MG CXA C/500	co	1.721	0,43	740,03
2	A.A.S. INFANTIL 100MG CX C/1000	co	2.459	0,14	344,26
3	ACEBROFILINA INFANTIL 120ML	u	492	11,40	5.608,80
4	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 120ML	u	492	13,13	6.459,96
5	ACETATO DE DEXAMETASONA; CLOTRIMAZOL 10 MG/G + 0,443 MG/G CREM DERM 40G	u	41	33,95	1.391,95
6	ACICLOVIR 200MG CXA C/450	co	492	0,34	167,28
7	ACICLOVIR 50 MG/G 10G CREME	bn	394	3,90	1.536,60
8	ACIDO FOLICO 5MG C/500	co	2.213	0,09	199,17
9	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. 10ML	u	984	1,71	1.682,64
10	ALBENDAZOL 400MG CX C/100	co	984	0,79	777,36
11	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG CXA C/04	co	99	0,65	64,35
12	AMBROXOL 3MG/ML PEDIATRICO 100ML	u	246	4,20	1.033,20
13	AMBROXOL 6MG/ML ADULTO 100ML	u	246	13,24	3.257,04
14	AMINOFILINA 100MG CX C/500	co	738	0,13	95,94
15	AMIODARONA 200MG C/500	co	492	0,66	324,72
16	AMOXICILINA 500MG CX C/840	co	2.951	0,43	1.268,93
17	AMOXICILINA 250MG/5ML 60ML	u	492	6,13	3.015,96
18	AMPICILINA 500MG C/840 CPR	co	1.967	0,84	1.652,28
19	AMPICILINA SUSP. 250MG 60ML	u	148	23,32	3.451,36
20	ANLODIPINO 10MG CX C/500	co	738	0,15	110,70
21	ANLODIPINO 5MG CX C/500	co	984	0,09	88,56
22	ATENOLOL 100MG CX C/600	co	738	0,23	169,74
23	ATENOLOL 25MG CX C/600	co	1.721	0,11	189,31
24	ATENOLOL 50MG CX C/600	co	738	0,12	88,56
25	AZITROMICINA 500MG CX C/450	co	1.476	1,85	2.730,60
26	AZITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 600 MG	u	148	10,39	1.537,72
27	AZITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 900 MG	u	99	15,18	1.502,82
28	BENZOATO DE BENZILA 60ML –	u	148	9,20	1.361,60
29	BROMETO DE IPRATROPIO 0,250MG/ML 20ML	u	984	2,22	2.184,48
30	BROMEXINA XAROPE ADULTO 120 ML.	u	74	13,25	980,50
31	BROMEXINA XAROPE INFANTIL 120 ML.	u	74	18,05	1.335,70
32	BROMOPIDA 10MG CXA C/800	co	738	0,38	280,44
33	BROMOPRIDA GOTAS 0,4% 20 ML	u	99	3,92	388,08
34	BUSCOPAN (HIOSCINA) COMPOSTO C/600 COMP	co	394	0,75	295,50
35	BUSCOPAN (HIOSCINA) COMPOSTO GOTAS 20ML	u	49	2,04	99,96
36	CAPTOPRIL 25MG CX C/600	co	11.803	0,11	1.298,33
37	CAPTOPRIL 50MG CX C/600	co	5.902	0,27	1.593,54
38	CARBIDOPA+LEVODOPA 25+250MG CXA C/30	co	394	1,68	661,92
39	CARVEDILOL 12,5MG C/30	co	394	0,32	126,08
40	CARVEDILOL 25MG C/30	co	197	0,33	65,01
41	CARVEDILOL 3,125MG C/30	co	197	0,22	43,34
42	CEFALEXINA 500MG CX C/500	co	2.213	0,87	1.925,31
43	CEFALEXINA SUSP 250MG/5ML 60ML	u	246	8,70	2.140,20
44	CETOCONAZOL 200MG CX C/450	co	1.230	0,45	553,50





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIÂNDA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

45	CETOCONAZOL CREME DERMATOLOGICO 30G	bn	246	6,89	1.694,94
46	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/G 100ML	u	5	60,00	300,00
47	CIMETIDINA 200MG CX C/600	co	590	0,84	495,60
48	CINARIZINA 75MG CX C/450	co	295	0,83	244,85
49	CINARIZINA 25MG C/30 CAP	co	295	0,61	179,95
50	CIPROFLOXACINO 500MG C/300	co	1.721	0,38	653,98
51	CLOPIDOGREL 75 MG	co	205	0,83	170,15
52	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL NASAL 30ML.	u	5	13,08	65,40
53	CLORIDRATO DE BUPROPIONA;CLORIDRATO DE NALTREXONA (90 + 8) MG COM REV LIB PROL	co	41	4,90	200,90
54	COMPLEXO B COMPRIMIDO CX C/50	co	1.230	0,14	172,20
55	COMPLEXO B VITAMINA LIQ 100ML	fr	492	6,78	3.335,76
56	DEXAMETASONA 0,5 MG/5ML, ELIXIR	fr	246	4,93	1.212,78
57	DEXAMETASONA 4MG CXA C/200	co	590	1,95	1.150,50
58	DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO 10G	bn	148	3,08	455,84
59	DEXCLOFENIRAMINA 100ML	u	492	4,59	2.258,28
60	DICLOFENACO POTASSICO 50MG CX C/500	co	1.476	0,28	413,28
61	DICLOFENACO RESINATO 20ML	fr	148	18,43	2.727,64
62	DICLOFENACO SODICO 50MG CX C/500	co	1.476	0,18	265,68
63	DOCLOFENACO ACIDO 44,3MG (CATAFLAM D)	co	10	3,30	33,00
64	DIGOXINA 0,25MG C/500 COMP	co	615	0,46	282,90
65	DIGOXINA ELIXIR 0,5MG/60ML	u	6	13,46	80,76
66	DIPIRONA SODICA 500MG CX C/500	co	2.951	0,29	855,79
67	DIPIRONA SODICA GOTAS 10ML	fr	197	10,49	2.066,53
68	ENALAPRIL 10MG CX C/500	co	1.402	0,18	252,36
69	ENALAPRIL 20MG CX C/500	co	1.377	0,19	261,63
70	ENALAPRIL 5MG CX C/500	co	1.377	0,15	206,55
71	ERITROMICINA 125MG/ML 60ML	u	49	11,19	548,31
72	ERITROMICINA 250MG/ML 60ML	u	49	8,19	401,31
73	ERITROMICINA 500MG CX C/420	co	738	2,10	1.549,80
74	ESPIROLACTONA 25MG CXA C/30	co	148	0,53	78,44
75	ESPIRONOLACTONA 100MG C/500	co	123	1,90	233,70
76	ESPIRONOLACTONA 50MG CX C/500	co	369	1,14	420,66
77	FENOTEROL (BEROTEC) 20ML	u	99	6,78	671,22
78	FLORAX ADULTO C/5 FLAC. 5ML	cx	79	21,78	1.720,62
79	FLORAX PEDIATRICO C/5 FLAC. 5ML	cx	79	16,76	1.324,04
80	FLUCONAZOL 150MG C/500	co	590	1,32	778,80
81	FUROSEMIDA 40MG CX C/500	co	1.230	0,11	135,30
82	FUROATO DE FLUTICASONA SPRAY 0,5MG	u	15	63,98	959,70
83	FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%, 130 ML	fr	14	17,15	240,10
84	GLIBENCLAMIDA 5MG CX C/450	co	7.377	0,08	590,16
85	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CXA C/400	co	7.377	0,07	516,39
86	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG CXA C/20	co	1.230	0,12	147,60
87	HIDROXIDO DE ALUMINIO 100ML	u	492	4,49	2.209,08
88	IBUPROFENO 300MG CX C/600	co	590	1,00	590,00
89	IBUPROFENO 600MG CX C/500	co	1.967	0,42	826,14
90	IBUPROFENO GOTAS 30ML	u	738	3,51	2.590,38
91	IODETO DE POTASSIO 100ML	u	99	18,80	1.861,20
92	ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG C/30	cx	99	0,56	55,44
93	ISOSSORBIDA 10MG CXA C/30	co	148	0,51	75,48
94	LEVODOPA+BENZERAZIDA 100MG+25MG CXA C/30	co	99	1,71	169,29
95	LEVOFLOXACINO 500MG CXA C/7	co	492	1,73	851,16
96	LIDOCAINA GEL 30G	bn	30	4,87	146,10



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

97	LIDOCAINA SPRAY 50 ML	u	6	48,85	293,10
98	LOSARTANA POTASSICA + HIDROCLOROTIAZIDA 50+12,5MG CX C/50	co	492	1,53	752,76
99	LOSARTANA POTASSICA 100MG C/300	co	4.918	0,56	2.754,08
100	LOSARTANA POTASSICA 50MG CX C/300	co	9.836	0,13	1.278,68
101	MEBENDAZOL SUSP. 30ML	u	492	7,64	3.758,88
102	MEBENDAZOL 100MG CX C/600	co	1.230	2,06	2.533,80
103	METFORMINA 500MG CX C/400	co	2.951	0,21	619,71
104	METFORMINA 850MG CX C/400	co	9.836	0,21	2.065,56
105	METILERGOMETRINA 0,2MG INJETÁVEL AMP 1ML D1CX/50 (ERGOMETRIN) (ERGOTRATE) (METHERGIM)	amp	197	3,93	774,21
106	METILDOPA 250MG CX C/500	co	984	0,85	836,40
107	METILDOPA 500MG CX C/500	co	738	1,34	988,92
108	METOCLOPRAMIDA 10MG CX C/500	co	492	0,21	103,32
109	METOCLOPRAMIDA GOTAS 4MG/10ML	u	246	2,62	644,52
110	METRONIDAZOL 250MG CX C/600	co	984	0,34	334,56
111	METRONIDAZOL INFANTIL 100ML	u	197	10,33	2.035,01
112	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 50G + 10 APLICADORES	bn	197	9,72	1.914,84
113	METRONIDAZOL+NISTATINA CREME VAGINAL 50G + APLICADORE	bn	148	13,94	2.063,12
114	MICONAZOL 20MG/ML 30 ML LOÇÃO	u	49	4,40	215,60
115	MICONAZOL CREME VAGINAL 80G + 14 APLICADOR	bn	148	17,98	2.661,04
116	MICONAZOL, DE NITRATO 20MG/G 28G CR DERMATOLOGICO	bn	295	8,15	2.404,25
117	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA 10GR	bn	394	2,75	1.083,50
118	NIFEDIPINO 10MG CX C/450	co	664	0,82	544,48
119	NIFEDIPINO 20MG CX C/450	co	664	0,21	139,44
120	NIMESULIDA 100MG CX C/504	co	2.213	0,18	398,34
121	NIMESULIDA GOTAS 50MG/ML 15ML	u	99	2,18	215,82
122	NISTATINA CREME VAGINAL 60G+14 APLIC.	bn	295	9,02	2.660,90
123	NISTATINA SULUÇÃO ORAL 50ML	u	197	7,57	1.491,29
124	NORFLOXACINO 400MG CX C/14	co	123	0,84	103,32
125	OLEO MINERAL 100ML HOSPITALAR	u	492	8,45	4.157,40
126	OMEPRAZOL 20MG CX C/560	co	1.476	0,28	413,28
127	PARACETAMOL 200 MG/ML 15 ML	u	492	3,72	1.830,24
128	PARACETAMOL 500MG CX C/500	co	3.934	0,33	1.298,22
129	PARACETAMOL 750MG C/480	co	3.934	0,65	2.557,10
130	POLIVITAMINICO SUSP. 100ML	u	246	5,44	1.338,24
131	PREDNISONA 20MG CX C/600	co	492	0,31	152,52
132	PREDNISONA 5MG CX C/600	co	984	0,47	462,48
133	PROMETAZINA 25MG CX C/200	co	492	0,58	285,36
134	PROPRANOLOL 40MG C/600	co	1.721	0,19	326,99
135	SALBUTAMOL 100ML	u	246	6,83	1.680,18
136	SECNIDAZOL 1000MG C/100	co	369	2,16	797,04
137	SIMETICONA 75MG/ML (EMULSÃO ORAL)	fr	492	1,95	959,40
138	SINVASTATINA 20MG CX C/250	co	1.230	0,22	270,60
139	SINVASTATINA 40MG C/500	co	1.230	0,43	528,90
140	SORO REIDRATANTE ORAL 27,9G CX C/50 SACHES	e	246	2,31	568,26
141	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ADULTO	u	10	2,51	25,10
142	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA INFANTIL	u	10	2,18	21,80
143	SULFADIAZINA PRATA CREME 400G	pt	10	51,27	512,70
144	SULFAMET. + TRIMET. SUSP. 50ML FRA	u	394	6,36	2.505,84





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

145	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG CX C/400	co	984	0,33	324,72
146	SULFATO FERROSO 40MG CX C/500	co	2.705	0,14	378,70
147	SULFATO FERROSO XPE 100ML	u	492	4,21	2.071,32
148	VITAMINA C GOTAS 20ML	u	492	4,23	2.081,16
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 155.768,00</b>
ITEM	ESPECIFICAÇÃO - MEDICAMENTOS CONTROLADOS LOTE III (AMPLA CONCORRÊNCIA)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMITRIPITILINA 25 MG	co	861	0,84	723,24
2	AMITRIPITILINA 75MG	co	861	4,14	3.564,54
3	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 2MG	co	799	0,57	455,43
4	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 5MG	co	799	1,32	1.054,68
5	BROMAZEPAM 3MG	co	1.230	1,14	1.402,20
6	BROMAZEPAM 6MG	co	369	1,47	542,43
7	CARBAMAZEPINA 20 MG\ML	fr	430	23,45	10.083,50
8	CARBAMAZEPINA 200MG	co	369	0,38	140,22
9	CARBAMAZEPINA 400MG	co	369	0,83	306,27
10	CLONAZEPAM 2 MG	co	430	0,12	51,60
11	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	fr	738	3,76	2.774,88
12	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	co	369	0,30	110,70
13	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 100MG	co	369	2,24	826,56
14	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25MG	co	369	0,88	324,72
15	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML	fr	738	15,63	11.534,94
16	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	co	430	0,29	124,70
17	CLORPRIMAZINA CLORIDRATO 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	369	4,20	1.549,80
18	DIAZEPAM 05 MG	co	430	0,12	51,60
19	DIAZEPAM 10 MG	co	430	0,22	94,60
20	DIAZEPAM 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	246	1,30	319,80
21	ETOMIDATO 2MG/ML, INJETÁVEL	amp	123	4,58	563,34
22	FENITOÍNA 100MG	co	3.688	0,63	2.323,44
23	FENITOÍNA 50MG/ML, INJETÁVEL	amp	1.230	5,77	7.097,10
24	FENOBARBITAL 100MG	co	922	0,22	202,84
25	FENOBARBITAL 100MG/ML, INJETÁVEL	amp	369	3,53	1.302,57
26	FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS	fr	615	10,52	6.469,80
27	FENTANILA CITRATO 50MCG/ML, INJETÁVEL	amp	615	4,06	2.496,90
28	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML, INJETÁVEL	amp	369	12,76	4.708,44
29	HALOPERIDOL 1MG	co	3.688	0,26	958,88
30	HALOPERIDOL 5 MG/ML, INJETÁVEL	amp	148	3,92	580,16
31	HALOPERIDOL 5MG	co	3.688	0,56	2.065,28
32	HALOPERIDOL, DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	amp	369	17,15	6.328,35
33	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	co	369	0,21	77,49
34	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	co	369	2,33	859,77
35	INSULINA (GLARGINA) - 100 UI/ML; 3ML COM 5 CANETAS	fr	40	109,95	4.398,00
36	INSULINA FLEX PEN (INSULINA ASPARTE) - 100 UI/ML, 3ML COM 5 CANETAS	fr	40	397,48	15.899,20
37	MIDAZOLAM 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	61	12,39	755,79
38	MORFINA SULFATO 0,2 MG/ML, INJETÁVEL	amp	148	9,24	1.367,52
39	MORFINA SULFATO 10 MG/ML, INJETÁVEL	amp	246	6,16	1.515,36
40	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	co	2.459	0,44	1.081,96
41	RISPERIDONA 1MG	co	492	0,17	83,64
42	RISPERIDONA 1MG/ML	fr	184	8,39	1.543,76



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

43	RISPERIDONA 2 MG	co	861	0,20	172,20
44	RISPERIDONA 3 MG	co	861	0,29	249,69
45	RISPERIDONA 5 MG	co	861	0,52	447,72
46	TOPIRAMATO 25MG	co	369	0,30	110,70
47	TOPIRAMATO 50MG	co	369	2,66	981,54
48	VALPROATO SÓDICO 500MG	co	369	1,53	564,57
49	VALPROATO SÓDICO 50MG/ML	fr	221	9,07	2.004,47
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 103.246,89</b>
ITEM	ESPECIFICAÇÃO - MEDICAMENTOS CONTROLADOS LOTE IV (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AMITRIPITILINA 25 MG	co	287	0,84	241,08
2	AMITRIPITILINA 75MG	co	287	4,14	1.188,18
3	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 2MG	co	267	0,57	152,19
4	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE 5MG	co	267	1,32	352,44
5	BROMAZEPAM 3MG	co	410	1,14	467,40
6	BROMAZEPAM 6MG	co	123	1,47	180,81
7	CARBAMAZEPINA 20 MG\ML	fr	144	23,45	3.376,80
8	CARBAMAZEPINA 200MG	co	123	0,38	46,74
9	CARBAMAZEPINA 400MG	co	123	0,83	102,09
10	CLONAZEPAM 2 MG	co	144	0,12	17,28
11	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML	fr	246	3,76	924,96
12	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	co	123	0,30	36,90
13	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 100MG	co	123	2,24	275,52
14	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25MG	co	123	0,88	108,24
15	CLORIDRATO DE LEVOMEPRIMAZINA 40MG/ML	fr	246	15,63	3.844,98
16	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	co	144	0,29	41,76
17	CLORPRIMAZINA CLORIDRATO 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	123	4,20	516,60
18	DIAZEPAM 05 MG	co	144	0,12	17,28
19	DIAZEPAM 10 MG	co	144	0,22	31,68
20	DIAZEPAM 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	82	1,30	106,60
21	ETOMIDATO 2MG/ML, INJETÁVEL	amp	41	4,58	187,78
22	FENITOÍNA 100MG	co	1.230	0,63	774,90
23	FENITOÍNA 50MG/ML, INJETÁVEL	amp	410	5,77	2.365,70
24	FENOBARBITAL 100MG	co	308	0,22	67,76
25	FENOBARBITAL 100MG/ML, INJETÁVEL	amp	123	3,53	434,19
26	FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS	fr	205	10,52	2.156,60
27	FENTANILA CITRATO 50MCG/ML, INJETÁVEL	amp	205	4,06	832,30
28	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML, INJETÁVEL	amp	123	12,76	1.569,48
29	HALOPERIDOL 1MG	co	1.230	0,26	319,80
30	HALOPERIDOL 5 MG/ML, INJETÁVEL	amp	49	3,92	192,08
31	HALOPERIDOL 5MG	co	1.230	0,56	688,80
32	HALOPERIDOL, DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	amp	123	17,15	2.109,45
33	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	co	123	0,21	25,83
34	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	co	123	2,33	286,59
35	INSULINA (GLARGINA) - 100 UI/ML; 3ML COM 5 CANETAS	fr	14	109,95	1.539,30
36	INSULINA FLEX PEN (INSULINA ASPARTE) - 100 UI/ML, 3ML COM 5 CANETAS	fr	14	397,48	5.564,72
37	MIDAZOLAM 5MG/ML, INJETÁVEL	amp	21	12,39	260,19
38	MORFINA SULFATO 0,2 MG/ML, INJETÁVEL	amp	49	9,24	452,76
39	MORFINA SULFATO 10 MG/ML, INJETÁVEL	amp	82	6,16	505,12
40	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	co	820	0,44	360,80



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

41	RISPERIDONA 1MG	co	164	0,17	27,88
42	RISPERIDONA 1MG/ML	fr	62	8,39	520,18
43	RISPERIDONA 2 MG	co	287	0,20	57,40
44	RISPERIDONA 3 MG	co	287	0,29	83,23
45	RISPERIDONA 5 MG	co	287	0,52	149,24
46	TOPIRAMATO 25MG	co	123	0,30	36,90
47	TOPIRAMATO 50MG	co	123	2,66	327,18
48	VALPROATO SÓDICO 500MG	co	123	1,53	188,19
49	VALPROATO SÓDICO 50MG/ML	fr	74	9,07	671,18
<b>TOTAL VALOR DO LOTE</b>					<b>R\$ 34.785,06</b>
ITEM	ESPECIFICAÇÃO - MATERIAL HOSPITALAR LOTE V (AMPLA PARTICIPAÇÃO)	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA C/100	pct	354	7,45	2.637,30
2	ABSORVENTE HIGIENICO HOSPITALAR ADULTO TAM G PARA INCONTINENCIA URINÁRIA PACOTE C/ 20 UNIDADES	pct	19	17,47	331,93
3	ÁGUA OXIGENADA 10 VOL. C/ 1000 ml	lt	106	10,44	1.106,64
4	AGUA PARA AUTOCLAVE 1000ML	u	21	4,16	87,36
5	AGUA PARA AUTOCLAVE 5 LITROS	gl	44	19,02	836,88
6	AGULHA DE RAQUI 22G	u	22	5,17	113,74
7	AGULHA DESC. 13X4, 5 CX C/ 100 UND.	cx	148	6,99	1.034,52
8	AGULHA DESC. 20X5, 5 CX C/ 100 UND.	cx	148	8,33	1.232,84
9	AGULHA DESC. 25 X 07 CX C/ 100 UND.	cx	148	7,82	1.157,36
10	AGULHA DESC. 25 X 08 CX C/ 100 UND.	cx	148	11,37	1.682,76
11	AGULHA DESC. 30 X 07 CX C/ 100 UND.	cx	148	14,75	2.183,00
12	AGULHA DESC. 40 X 12 CX C/ 100 UND.	cx	148	8,50	1.258,00
13	AGULHA DE ANESTESIA PERIDURAL DESCARTAVEL 16G	u	148	7,60	1.124,80
14	ALCOOL 70% 1000ML	u	738	7,20	5.313,60
15	ALCOOL 99,5% ABSOLUTO 1.000 ML	lt	148	10,12	1.497,76
16	ALCOOL GEL 500ML	fr	118	7,24	854,32
17	ALCOOL IODADO 1.000 ML	lt	15	6,44	96,60
18	ALGODÃO HIDROFILO 250GR	pct	265	10,72	2.840,80
19	ALGODÃO HIDROFILO 500GR	pct	177	14,69	2.600,13
20	ALGODÃO ORTOPEDICO 10CM C/12 (1METRO)	pct	27	9,55	257,85
21	ALGODÃO ORTOPÉDICO 12CM C/12 (1METRO)	pct	27	6,95	187,65
22	ALGODÃO ORTOPEDICO 20CM C/12 (1METRO)	pct	27	13,50	364,50
23	ALMONTOLIA 250ML AMBAR BICO RETO	u	295	3,77	1.112,15
24	ALMONTOLIA 250ML TRANSP.BICO RETO	u	295	4,11	1.212,45
25	ALMONTOLIA 500ML AMBAR BICO RETO	u	295	5,91	1.743,45
26	ALMONTOLIA 500ML TRANSP.BICO RETO	u	295	7,29	2.150,55
27	APARELHO DE BARBEAR DE PLÁSTICO DESC. C/ LÂMINA DUPLA	u	74	1,06	78,44
28	APARELHO DE GLICEMIA - ANALISADOR DE GLICOSE	u	44	51,01	2.244,44
29	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO C/ ESTETOSCÓPIO	u	22	105,99	2.331,78
30	APARELHO DE PRESSÃO DE COLUNA COM BRAÇADEIRA VELCRO COM RODIZIOS	u	5	464,33	2.321,65
31	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL C/ ESTETOSCÓPIO	u	22	108,50	2.387,00
32	APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL	u	11	97,67	1.074,37
33	ATADURA DE CREPOM 10CM 1,80CM C/12	pct	177	7,78	1.377,06
34	ATADURA DE CREPON 12CM 1,80CM C/12	pct	177	8,28	1.465,56



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

35	ATADURA DE CREPON 15CM 1,80CM C/12	pct	177	9,17	1.623,09
36	ATADURA DE CREPON 20CM 1,80CM C/12	pct	177	12,04	2.131,08
37	ATADURA GESSADA 10CM C/20 - 3 METRO	cx	29	49,89	1.446,81
38	ATADURA GESSADA 12CM C/20 - 3 METRO	cx	29	58,95	1.709,55
39	ATADURA GESSADA 15CM C/20 - 3 METRO	cx	29	72,57	2.104,53
40	ATADURA GESSADA 20CM C/20 - 4 METRO	cx	15	119,08	1.786,20
41	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO MANGA CURTA PCT C/10	pct	88	29,79	2.621,52
42	BOLSA P COLOSTOMIA 30MM PCT C/10	pct	88	0,78	68,64
43	CAMPO OPERATORIO 45X50 C/50 UND	pct	44	57,68	2.537,92
44	CATETER INTRAVENOSO Nº 14	u	442	0,99	437,58
45	CATETER INTRAVENOSO Nº 16	u	442	0,90	397,80
46	CATETER INTRAVENOSO Nº 18	u	442	0,85	375,70
47	CATETER INTRAVENOSO Nº 20	u	442	0,86	380,12
48	CATETER INTRAVENOSO Nº 22	u	442	1,08	477,36
49	CATETER INTRAVENOSO Nº 24	u	442	0,91	402,22
50	CATETER NASAL TIPO OCULOS	u	442	1,85	817,70
51	CLAMP UMBILICAL	u	1.062	0,87	923,94
52	COLETOR DE URINA SIST.FECHADO 2000ML	u	442	7,59	3.354,78
53	COLETOR DE URINA SIST.ABERTO 1.200 ML	u	442	5,46	2.413,32
54	COLETOR PERFURO CORTANTE 03 LT	u	44	5,41	238,04
55	COLETOR PERFURO CORTANTE 07 LT	u	44	6,69	294,36
56	COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LT	u	44	8,59	377,96
57	COLETOR PERFURO CORTANTE 20 LT	u	71	10,28	729,88
58	COLETOR UNIVERSAL P / URINA E FEZES	u	886	0,75	664,50
59	COLETOR URINA INFANTIL FEMININO C/10	pct	44	12,31	541,64
60	COLETOR URINA INFANTIL MASCULINO C/10	pct	44	9,90	435,60
61	COMADRE PÁ 40 X 30 CM CAP. 3500ML (APARADEIRA) INOX	u	9	287,09	2.583,81
62	COTONETE (HASTER) COM 75 UNIDADES	cx	44	2,30	101,20
63	DISPOSITIVO 2 VIAS (POLIFIX)	u	1.062	2,21	2.347,02
64	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 04 TAMANHO PQ	u	19	4,94	93,86
65	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 05 TAMANHO MD	u	19	5,60	106,40
66	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 06 TAMANHO GRD	u	19	5,17	98,23
67	DRENO DE PENROSE Nº 1 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	10	12,53	125,30
68	DRENO DE PENROSE Nº 2 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	10	17,10	171,00
69	DRENO DE PENROSE Nº 3 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	10	19,18	191,80
70	ELETRODO C/ GEL PARA ECG PCT C/30 UNID	pct	53	15,88	841,64
71	EQUIPO MACRO C/INJ LAT CAMERA FLEXIVEL	u	1.475	1,00	1.475,00
72	EQUIPO MICRO C/INJ LAT CAMERA FLEXIVEL	u	1.062	3,98	4.226,76
73	EQUIPO P/NUTRIÇÃO ENTERAL (Simples Conec. Escalonado)	u	442	2,16	954,72
74	EQUIPO P/TRANSFUSÃO DE SANGUE	u	442	7,54	3.332,68
75	ESCOVA CERVICAL GINECOLÓGICA PCT C/100 UND NÃO ESTERIL	pct	53	32,96	1.746,88
76	ESCOVA COM PVPI	u	354	3,92	1.387,68
77	ESPARADRAPO BRANCO 10X4,5CM	rl	295	12,00	3.540,00
78	ESPÁTULA DE AYRES C/ 100. MADEIRA	pct	88	11,29	993,52
79	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM G - NÃO ESTERIL	u	354	1,89	669,06



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

80	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM M - NÃO ESTERIL	u	354	2,27	803,58
81	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM P - NÃO ESTERIL	u	398	1,21	481,58
82	ESTETOSCOPIO CLINICO BI AURICULAR ADULTO	u	22	21,62	475,64
83	FILME P RAIO 18X24 CXA C/100	cx	4	148,51	594,04
84	FILME P RAIO 24X30 CXA C/100	cx	4	288,15	1.152,60
85	FILME P RAIO 30X40 CXA C/100	cx	4	396,27	1.585,08
86	FILME P RAIO 35X43 CXA C/100	cx	4	567,78	2.271,12
87	FILME P/ULTRASOM UPP-110 S	u	11	293,80	3.231,80
88	FIO ACIDO POLIGLICÓLICO (VYCRIL) Nº 2 CXA C/24	cx	3	403,56	1.210,68
89	FIO ACIDO POLIGLICÓLICO (VYCRIL) Nº 3 CXA C/24	cx	3	377,04	1.131,12
90	FIO CATGUT CROMADO 0-0 C/AG C/24	cx	3	103,13	309,39
91	FIO CATGUT CROMADO 1-0 C/AG C/24	cx	3	118,01	354,03
92	FIO CATGUT CROMADO 2-0 C/AG C/24	cx	3	101,59	304,77
93	FIO CATGUT CROMADO 3-0 C/AG C/24	cx	3	117,17	351,51
94	FIO CATGUT CROMADO 4-0 C/AG C/24	cx	3	119,65	358,95
95	FIO CATGUT CROMADO 5-0 C/AG C/24	cx	3	120,16	360,48
96	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 0 C/AG	cx	3	70,18	210,54
97	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 2.0 C/AG	cx	3	66,40	199,20
98	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 3.0 C/AG	cx	3	67,76	203,28
99	FIO DE ALGODÃO 0 C / AG	cx	3	56,23	168,69
100	FIO DE ALGODÃO 0 S/AG	cx	3	51,62	154,86
101	FIO DE ALGODÃO 2-0 C / AG	cx	3	52,83	158,49
102	FIO DE ALGODÃO 2-0 S/AG	cx	3	55,13	165,39
103	FIO DE ALGODÃO 3-0 C / AG	cx	3	44,51	133,53
104	FIO NYLON 0 C/AG C/24	cx	3	52,59	157,77
105	FIO NYLON 1-0 C/AG C/24	cx	9	47,83	430,47
106	FIO NYLON 2-0 C/AG C/24	cx	15	52,03	780,45
107	FIO NYLON 3-0 C/AG C/24	cx	12	48,66	583,92
108	FIO NYLON 4-0 C/AG C/24	cx	12	50,28	603,36
109	FITA HOSPITALAR 19 X 50	u	74	6,23	461,02
110	FITA P AUTOCLAVE 19 X 30	u	221	7,69	1.699,49
111	FITA PARA TESTE URINA CXA C/100 TEST	cx	15	61,10	916,50
112	FIXADOR AUTOMÁTICO P/RX 38 LITROS	gl	5	275,28	1.376,40
113	FIXADOR MANUAL P/RX 13,5LITROS	gl	5	274,01	1.370,05
114	FIXADOR MANUAL P/RX 20LITROS	gl	5	232,09	1.160,45
115	FIXADOR PARA CITOLOGIA 100 ML	fr	15	11,21	168,15
116	FORMOL 37% 1000ML	fr	29	56,27	1.631,83
117	FRALDA DESC. ADULTO TAM G C/08	pct	27	22,92	618,84
118	FRALDA DESC. ADULTO TAM M C/08	pct	27	20,44	551,88
119	FRALDA DESC. ADULTO TAM P C/08	pct	27	21,84	589,68
120	FRALDA DESC. INF TAM G C/07	pct	27	8,20	221,40
121	FRALDA DESC. INF TAM M C/08	pct	27	9,51	256,77
122	FRALDA DESC. INF TAM P C/09	pct	27	10,06	271,62
123	FRASCO P/ ALIMENTACAO 500ML	fra	177	7,48	1.323,96
124	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	fra	442	2,68	1.184,56
125	FRALDA DESC. INF TAM PP C/09	pct	27	5,28	142,56
126	GAZE TIPO QUEIJO 91X91 9FIOS	pct	148	25,50	3.774,00
127	GAZES 7,5 X 7,5 11FIOS C/500	pct	74	31,88	2.359,12
128	GAZES 7,5 X 7,5 9FIOS C/500	pct	148	24,40	3.611,20
129	GEL P/ ECG 1KG	lt	22	8,33	183,26
130	GEL P/ ULTRA SOM GL C 5 LT	gl	44	27,47	1.208,68
131	GERMI RIO GALÃO DE 5 LITROS	gl	27	50,79	1.371,33
132	GLICONATO DE CLOREXIDINA 2% A 4% SOLUCAO DEGERMANTE	u	148	30,62	4.531,76
133	GLUTARAL 2% - SOLUÇÃO	u	74	25,57	1.892,18





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

134	GLUTARALDEIDO 2% 28D C/5LT	gl	27	68,95	1.861,65
135	HIPOCLORITO DE SODIO 10MG DE CLORO/ML	u	88	13,65	1.201,20
136	HIPOCLORITO DE SODIO 25MG/ML (2,5%)	u	88	10,65	937,20
137	KIT MASC. PARA NEBULIZAÇÃO AD.	kit	44	15,74	692,56
138	KIT MASC. PARA NEBULIZAÇÃO INF	kit	44	18,35	807,40
139	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: G)	kit	88	4,39	386,32
140	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: M)	kit	88	4,94	434,72
141	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: P)	kit	88	5,17	454,96
142	LAMINA 26X76MM FOSCA LAPIDADA CX/50 PEÇAS	cx	22	10,80	237,60
143	LAMINA 26X76MM FOSCA SEM LAPIDAR CX/50 PEÇAS	cx	22	8,79	193,38
144	LAMINA 26X76MM LISA LAPIDADA CX/50 PEÇAS	cx	22	9,74	214,28
145	LAMINA 26X76MM LISA SEM LAPIDAR CX/50 PEÇAS	cx	22	8,79	193,38
146	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11 CX C/ 100	cx	26	25,75	669,50
147	LÂMINA PARA BISTURI Nº 15 CX C/ 100	cx	15	26,85	402,75
148	LÂMINA PARA BISTURI Nº 24 CX C/ 100	cx	15	42,78	641,70
149	LAMINULA 22X22 C/100	cx	15	10,39	155,85
150	LAMINULA 24X24 C/100	cx	15	11,40	171,00
151	LANCETA PICADORA DESCARTAVEL PCT C/200	cx	22	10,89	239,58
152	LANCETA DESCARTAVEL P/TESTE DE GLICEMIA C/100 (COMUM)	cx	31	10,55	327,05
153	LANTERNA CLINICA	u	19	20,83	395,77
154	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL PARA MACA 50X50	rl	44	9,79	430,76
155	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL PARA MACA 50X70	rl	44	11,74	516,56
156	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0	par	886	2,25	1.993,50
157	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5	par	886	2,45	2.170,70
158	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,0	par	886	2,72	2.409,92
159	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,5	par	886	3,73	3.304,78
160	LUVA LATEX AMARELA PARA LIMPEZA (TAMANHO P/M/G)	par	71	5,21	369,91
161	LUVA P/PROCEDIMENTO G C/100	cx	74	20,57	1.522,18
162	LUVA P/PROCEDIMENTO M C/100	cx	148	17,86	2.643,28
163	LUVA P/PROCEDIMENTO P C/100	cx	148	20,10	2.974,80
164	LUVA P/PROCEDIMENTO XP C/100	cx	74	16,68	1.234,32
165	MASCARA DESC. TRIPLA C / ELASTICO C / 50. UND	cx	369	8,54	3.151,26
166	MÁSCARA DESC. SIMPLES C/TIRAS C/100	pct	15	17,19	257,85
167	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) ADULTO	u	9	190,78	1.717,02
168	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) INFANTIL	u	9	157,72	1.419,48
169	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) NEONATAL	u	9	145,57	1.310,13
170	MASCARA TIPO N95 PFF2 (bico de pato)	u	184	1,75	322,00
171	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO CIRURGICA	u	44	8,74	384,56
172	PAPAGAIO EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 1000ML	u	9	162,30	1.460,70
173	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 X 100	rl	9	51,88	466,92
174	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 X 100	rl	9	60,79	547,11
175	PAPEL GRAU CIRURGICO 20 X 100	rl	9	97,66	878,94
176	PAPEL GRAU CIRURGICO 25 X 100	rl	9	119,44	1.074,96
177	PAPEL GRAU CIRURGICO 30 X 100	rl	9	141,85	1.276,65
178	PAPEL TOALHA C/1000 – BRANCO	pct	40	18,36	734,40



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

179	PORTA LAMINA P/CITOLOGIA CAP-3 LAMINAS (BOREL)	fr	133	2,37	315,21
180	PRESEVATIVO COM LUBRIFICANTE CXA C/144	cxa	26	49,90	1.297,40
181	PRESEVATIVO SEM LUBRIFICANTE	cxa	19	63,36	1.203,84
182	PULSEIRA IDENTIFICADORA MÃE E FILHO BRANCA	u	265	1,04	275,60
183	PVPI DERGEMANTE 1L	u	74	31,99	2.367,26
184	PVPI TÓPICO 1L	u	74	33,61	2.487,14
185	RESSUSCITADOR ADULTO COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	u	3	178,94	536,82
186	RESSUSCITADOR INFANTIL COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	u	3	154,69	464,07
187	RESSUSCITADOR NEONATAL COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	gal	4	233,30	933,20
188	REVELADOR AUTOM. P/RX 38 LITROS	gal	5	428,83	2.144,15
189	SACO COBERTOR DE OBITO TAMANHO MEDIO	u	44	12,84	564,96
190	SACO COBERTOR DE OBITO TAMANHO PEQUENO	u	44	8,03	353,32
191	SAPATILHA DESC. C/100 (PRO-PÉ)	pct	133	9,00	1.197,00
192	SCALP 21G	u	442	0,31	137,02
193	SCALP 19G	u	442	0,51	225,42
194	SCALP 23G	u	3.688	0,32	1.180,16
195	SCALP 25G	u	3.688	2,57	9.478,16
196	SCALP 27G	u	1.771	0,32	566,72
197	SERINGA DESC. 1 ML P/ INSULINA C/ AG	u	1.475	0,48	708,00
198	SERINGA DESC. 1 ML, SEM AGULHA	u	1.475	0,57	840,75
199	SERINGA DESC. 10 ML C/ AG	u	738	0,49	361,62
200	SERINGA DESC. 10ML SEM AGULHA	u	4.426	0,44	1.947,44
201	SERINGA DESC. 20 ML C/ AG	u	738	0,54	398,52
202	SERINGA DESC. 20 ML, SEM AGULHA	u	2.213	0,49	1.084,37
203	SERINGA DESC. 3 ML C/ AG	u	738	0,31	228,78
204	SERINGA DESC. 3 ML, SEM AGULHA	u	8.852	0,19	1.681,88
205	SERINGA DESC. 5 ML C/ AG	u	738	0,34	250,92
206	SERINGA DESC. 5ML SEM AGULHA	u	8.852	0,39	3.452,28
207	SERINGA DESC. 60 ML, SEM AGULHA	u	177	2,01	355,77
208	SONDA DE FOLEY Nº 14 2V	u	103	2,96	304,88
209	SONDA DE FOLEY Nº 16 2V	u	103	3,49	359,47
210	SONDA DE FOLEY Nº 16 3V	u	103	5,22	537,66
211	SONDA DE FOLEY Nº 20 2V	u	103	3,76	387,28
212	SONDA DE FOLEY Nº 20 3V	u	103	6,19	637,57
213	SONDA DE FOLEY Nº 22 2V	u	103	3,43	353,29
214	SONDA DE FOLEY Nº 24 2V	u	103	3,35	345,05
215	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 10	u	103	2,55	262,65
216	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 12	u	103	2,57	264,71
217	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 14	u	103	2,89	297,67
218	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 16	u	103	3,07	316,21
219	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 18	u	103	2,36	243,08
220	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 20	u	103	2,28	234,84
221	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 22	u	103	2,90	298,70
222	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 24	u	103	2,75	283,25
223	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 4	u	103	2,54	261,62
224	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 6	u	103	2,60	267,80
225	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 8	u	103	2,97	305,91
226	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 20	u	103	2,17	223,51
227	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 10	u	103	1,27	130,81
228	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 12	u	103	1,18	121,54





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

229	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 14	u	103	1,17	120,51
230	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 16	u	103	1,22	125,66
231	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 18	u	103	2,37	244,11
232	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 4	u	103	1,40	144,20
233	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 6	u	103	1,56	160,68
234	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 8	u	103	1,64	168,92
235	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 04	u	103	1,36	140,08
236	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 06	u	103	1,72	177,16
237	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 08	u	103	1,60	164,80
238	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 10	u	103	2,33	239,99
239	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 12	u	103	2,52	259,56
240	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 14	u	103	2,31	237,93
241	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 16	u	103	2,11	217,33
242	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 18	u	103	2,22	228,66
243	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 20	u	103	2,34	241,02
244	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 10	u	103	1,36	140,08
245	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 12	u	103	1,46	150,38
246	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 14	u	103	1,37	141,11
247	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 16	u	103	1,17	120,51
248	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 18	u	103	2,25	231,75
249	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 20	u	103	2,45	252,35
250	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 22	u	103	2,88	296,64
251	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 24	u	103	2,38	245,14
252	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 4	u	103	1,17	120,51
253	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 6	u	103	1,21	124,63
254	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 8	u	103	1,54	158,62
255	SONDA RETAL Nº 04	u	103	1,12	115,36
256	SONDA RETAL Nº 06	u	103	1,12	115,36
257	SONDA RETAL Nº 08	u	103	1,10	113,30
258	SONDA RETAL Nº 10	u	103	1,08	111,24
259	SONDA RETAL Nº 12	u	103	1,08	111,24
260	SONDA RETAL Nº 14	u	103	1,40	144,20
261	SONDA RETAL Nº 16	u	103	1,22	125,66
262	SONDA RETAL Nº 18	u	103	1,49	153,47
263	SONDA RETAL Nº 20	u	103	1,56	160,68
264	SONDA RETAL Nº 22	u	103	1,42	146,26
265	SONDA RETAL Nº 24	u	103	1,29	132,87
266	SONDA URETRAL DESC. Nº 04	u	103	1,71	176,13
267	SONDA URETRAL DESC. Nº 06	u	103	1,32	135,96
268	SONDA URETRAL DESC. Nº 08	u	103	1,41	145,23
269	SONDA URETRAL DESC. Nº 10	u	103	1,21	124,63
270	SONDA URETRAL DESC. Nº 12	u	103	1,22	125,66
271	SONDA URETRAL DESC. Nº 14	u	103	1,39	143,17
272	SONDA URETRAL DESC. Nº 16	u	103	1,19	122,57
273	SONDA URETRAL DESC. Nº 20	u	103	1,35	139,05
274	SONDA URETRAL DESC. Nº 18	u	103	1,14	117,42
275	SONDA URETRAL DESC. Nº 22	u	103	2,02	208,06
276	SONDA URETRAL DESC. Nº 24	u	103	2,09	215,27
277	TERMÔMETRO DIGITAL MAX/MIN	u	22	102,87	2.263,14
278	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	u	29	11,69	339,01
279	TIRA PARA GLICEMIA CXA C/50	cx	59	26,64	1.571,76
280	TORNEIRINHA DESC. 3 VIAS	u	886	2,37	2.099,82
281	TOUCA DESC. C/ELÁSTICO C/100	pct	177	24,09	4.263,93
282	TUBO EM LÁTEX PARA GARROTE 200	mtr	88	2,71	238,48
283	TUBO EM LÁTEX PARA GARROTE 204	mtr	88	8,87	780,56



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

284	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0MM C/BALÃO	u	103	6,24	642,72
285	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5MM C/BALÃO	u	103	6,36	655,08
286	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0MM C/BALÃO	u	103	6,44	663,32
287	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5MM C/BALÃO	u	103	6,13	631,39
288	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0MM C/BALÃO	u	103	6,11	629,33
289	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5MM C/BALÃO	u	103	5,75	592,25
290	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0MM C/BALÃO	u	103	5,91	608,73
291	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0MM C/BALÃO	u	103	6,13	631,39
292	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0MM C/BALÃO	u	103	5,80	597,40
293	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0MM C/BALÃO	u	103	5,28	543,84
294	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0MM S/BALÃO	u	103	4,26	438,78
295	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,5MM C/BALÃO	u	103	4,16	428,48
296	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0MM C/BALÃO	u	103	5,47	563,41
297	UMIFICADOR CILINDRO DE OXIGENIO	u	13	22,80	296,40
298	VASELINA LIQUIDA 1000ML	lt	44	47,65	2.096,60
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 272.557,41</b>
ITEM	ESPECIFICAÇÃO - MATERIAL HOSPITALAR LOTE VI (COTA RESERVADA PARA ME/EPP)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA C/100	pct	118	7,45	879,10
2	ABSORVENTE HIGIENICO HOSPITALAR ADULTO TAM G PARA INCONTINENCIA URINÁRIA PACOTE C/ 20 UNIDADES	pct	6	17,47	104,82
3	ÁGUA OXIGENADA 10 VOL. C/ 1000 ml	lt	35	10,44	365,40
4	AGUA PARA AUTOCLAVE 1000ML	u	7	4,16	29,12
5	AGUA PARA AUTOCLAVE 5 LITROS	gl	15	19,02	285,30
6	AGULHA DE RAQUI 22G	u	8	5,17	41,36
7	AGULHA DESC. 13X4, 5 CX C/ 100 UND.	cx	49	6,99	342,51
8	AGULHA DESC. 20X5, 5 CX C/ 100 UND.	cx	49	8,33	408,17
9	AGULHA DESC. 25 X 07 CX C/ 100 UND.	cx	49	7,82	383,18
10	AGULHA DESC. 25 X 08 CX C/ 100 UND.	cx	49	11,37	557,13
11	AGULHA DESC. 30 X 07 CX C/ 100 UND.	cx	49	14,75	722,75
12	AGULHA DESC. 40 X 12 CX C/ 100 UND.	cx	49	8,50	416,50
13	AGULHA DE ANESTESIA PERIDURAL DESCARTAVEL 16G	u	49	7,60	372,40
14	ALCOOL 70% 1000ML	u	246	7,20	1.771,20
15	ALCOOL 99,5% ABSOLUTO 1.000 ML	lt	49	10,12	495,88
16	ALCOOL GEL 500ML	fr	40	7,24	289,60
17	ALCOOL IODADO 1.000 ML	lt	5	6,44	32,20
18	ALGODÃO HIDROFILO 250GR	pct	89	10,72	954,08
19	ALGODÃO HIDROFILO 500GR	pct	59	14,69	866,71
20	ALGODÃO ORTOPEDICO 10CM C/12 (1METRO)	pct	9	9,55	85,95
21	ALGODÃO ORTOPEDICO 12CM C/12 (1METRO)	pct	9	6,95	62,55
22	ALGODÃO ORTOPEDICO 20CM C/12 (1METRO)	pct	9	13,50	121,50
23	ALMONTOLIA 250ML AMBAR BICO RETO	u	99	3,77	373,23
24	ALMONTOLIA 250ML TRANSP.BICO RETO	u	99	4,11	406,89
25	ALMONTOLIA 500ML AMBAR BICO RETO	u	99	5,91	585,09
26	ALMONTOLIA 500ML TRANSP.BICO RETO	u	99	7,29	721,71
27	APARELHO DE BARBEAR DE PLÁSTICO DESC. C/ LÂMINA DUPLA	u	25	1,06	26,50
28	APARELHO DE GLICEMIA - ANALISADOR DE GLICOSE	u	15	51,01	765,15
29	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO C/ ESTETOSCÓPIO	u	8	105,99	847,92
30	APARELHO DE PRESSÃO DE COLUNA COM BRAÇADEIRA VELCRO COM RODIZIOS	u	2	464,33	928,66



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

31	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL C/ ESTETOSCÓPIO	u	8	108,50	868,00
32	APARELHO MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL	u	4	97,67	390,68
33	ATADURA DE CREPOM 10CM 1,80CM C/12	pct	59	7,78	459,02
34	ATADURA DE CREPON 12CM 1,80CM C/12	pct	59	8,28	488,52
35	ATADURA DE CREPON 15CM 1,80CM C/12	pct	59	9,17	541,03
36	ATADURA DE CREPON 20CM 1,80CM C/12	pct	59	12,04	710,36
37	ATADURA GESSADA 10CM C/20 - 3 METRO	cx	10	49,89	498,90
38	ATADURA GESSADA 12CM C/20 - 3 METRO	cx	10	58,95	589,50
39	ATADURA GESSADA 15CM C/20 - 3 METRO	cx	10	72,57	725,70
40	ATADURA GESSADA 20CM C/20 - 4 METRO	cx	5	119,08	595,40
41	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO MANGA CURTA PCT C/10	pct	30	29,79	893,70
42	BOLSA P COLOSTOMIA 30MM PCT C/10	pct	30	0,78	23,40
43	CAMPO OPERATORIO 45X50 C/50 UND	pct	15	57,68	865,20
44	CATETER INTRAVENOSO Nº 14	u	148	0,99	146,52
45	CATETER INTRAVENOSO Nº 16	u	148	0,90	133,20
46	CATETER INTRAVENOSO Nº 18	u	148	0,85	125,80
47	CATETER INTRAVENOSO Nº 20	u	148	0,86	127,28
48	CATETER INTRAVENOSO Nº 22	u	148	1,08	159,84
49	CATETER INTRAVENOSO Nº 24	u	148	0,91	134,68
50	CATETER NASAL TIPO OCULOS	u	148	1,85	273,80
51	CLAMP UMBILICAL	u	354	0,87	307,98
52	COLETOR DE URINA SIST.FECHADO 2000ML	u	148	7,59	1.123,32
53	COLETOR DE URINA SIST.ABERTO 1.200 ML	u	148	5,46	808,08
54	COLETOR PERFURO CORTANTE 03 LT	u	15	5,41	81,15
55	COLETOR PERFURO CORTANTE 07 LT	u	15	6,69	100,35
56	COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LT	u	15	8,59	128,85
57	COLETOR PERFURO CORTANTE 20 LT	u	24	10,28	246,72
58	COLETOR UNIVERSAL P / URINA E FEZES	u	295	0,75	221,25
59	COLETOR URINA INFANTIL FEMININO C/10	pct	15	12,31	184,65
60	COLETOR URINA INFANTIL MASCULINO C/10	pct	15	9,90	148,50
61	COMADRE PÁ 40 X 30 CM CAP. 3500ML (APARADEIRA) INOX	u	3	287,09	861,27
62	COTONETE (HASTER) COM 75 UNIDADES	cx	15	2,30	34,50
63	DISPOSITIVO 2 VIAS (POLIFIX)	u	354	2,21	782,34
64	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 04 TAMANHO PQ	u	6	4,94	29,64
65	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 05 TAMANHO MD	u	6	5,60	33,60
66	DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA MASC. NR. 06 TAMANHO GRD	u	6	5,17	31,02
67	DRENO DE PENROSE Nº 1 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	3	12,53	37,59
68	DRENO DE PENROSE Nº 2 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	3	17,10	51,30
69	DRENO DE PENROSE Nº 3 C/12 SEM GASE NÃO ESTERIL	pct	3	19,18	57,54
70	ELETRODO C/ GEL PARA ECG PCT C/30 UNID	pct	18	15,88	285,84
71	EQUIPO MACRO C/INJ LAT CAMERA FLEXIVEL	u	492	1,00	492,00
72	EQUIPO MICRO C/INJ LAT CAMERA FLEXIVEL	u	354	3,98	1.408,92
73	EQUIPO P/NUTRIÇÃO ENTERAL (Simples Conec. Escalonado)	u	148	2,16	319,68
74	EQUIPO P/TRANSFUSÃO DE SANGUE	u	148	7,54	1.115,92
75	ESCOVA CERVICAL GINECOLÓGICA PCT C/100 UND	pct	18	32,96	593,28



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

	NÃO ESTERIL				
76	ESCOVA COM PVPI	u	118	3,92	462,56
77	ESPARADRAPO BRANCO 10X4,5CM	rl	99	12,00	1.188,00
78	ESPÁTULA DE AYRES C/ 100. MADEIRA	pct	30	11,29	338,70
79	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM G - NÃO ESTERIL	u	118	1,89	223,02
80	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM M - NÃO ESTERIL	u	118	2,27	267,86
81	ESPÉCULO VAGINAL DESC TAM P - NÃO ESTERIL	u	133	1,21	160,93
82	ESTETOSCOPIO CLINICO BI AURICULAR ADULTO	u	8	21,62	172,96
83	FILME P RAO 18X24 CXA C/100	cx	1	148,51	148,51
84	FILME P RAO 24X30 CXA C/100	cx	1	288,15	288,15
85	FILME P RAO 30X40 CXA C/100	cx	1	396,27	396,27
86	FILME P RAO 35X43 CXA C/100	cx	1	567,78	567,78
87	FILME P/ULTRASOM UPP-110 S	u	4	293,80	1.175,20
88	FIO ACIDO POLIGLICÓLICO (VYCRIL) Nº 2 CXA C/24	cx	1	403,56	403,56
89	FIO ACIDO POLIGLICÓLICO (VYCRIL) Nº 3 CXA C/24	cx	1	377,04	377,04
90	FIO CATGUT CROMADO 0-0 C/AG C/24	cx	1	103,13	103,13
91	FIO CATGUT CROMADO 1-0 C/AG C/24	cx	1	118,01	118,01
92	FIO CATGUT CROMADO 2-0 C/AG C/24	cx	1	101,59	101,59
93	FIO CATGUT CROMADO 3-0 C/AG C/24	cx	1	117,17	117,17
94	FIO CATGUT CROMADO 4-0 C/AG C/24	cx	1	119,65	119,65
95	FIO CATGUT CROMADO 5-0 C/AG C/24	cx	1	120,16	120,16
96	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 0 C/AG	cx	1	70,18	70,18
97	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 2.0 C/AG	cx	1	66,40	66,40
98	FIO CIRURGICO POLIPROPILENO 3.0 C/AG	cx	1	67,76	67,76
99	FIO DE ALGODÃO 0 C / AG	cx	1	56,23	56,23
100	FIO DE ALGODÃO 0 S/AG	cx	1	51,62	51,62
101	FIO DE ALGODÃO 2-0 C / AG	cx	1	52,83	52,83
102	FIO DE ALGODÃO 2-0 S/AG	cx	1	55,13	55,13
103	FIO DE ALGODÃO 3-0 C / AG	cx	1	44,51	44,51
104	FIO NYLON 0 C/AG C/24	cx	1	52,59	52,59
105	FIO NYLON 1-0 C/AG C/24	cx	3	47,83	143,49
106	FIO NYLON 2-0 C/AG C/24	cx	5	52,03	260,15
107	FIO NYLON 3-0 C/AG C/24	cx	4	48,66	194,64
108	FIO NYLON 4-0 C/AG C/24	cx	4	50,28	201,12
109	FITA HOSPITALAR 19 X 50	u	25	6,23	155,75
110	FITA P AUTOCLAVE 19 X 30	u	74	7,69	569,06
111	FITA PARA TESTE URINA CXA C/100 TEST	cx	5	61,10	305,50
112	FIXADOR AUTOMÁTICO P/RX 38 LITROS	gl	2	275,28	550,56
113	FIXADOR MANUAL P/RX 13,5LITROS	gl	2	274,01	548,02
114	FIXADOR MANUAL P/RX 20LITROS	gl	2	232,09	464,18
115	FIXADOR PARA CITOLOGIA 100 ML	fr	5	11,21	56,05
116	FORMOL 37% 1000ML	fr	10	56,27	562,70
117	FRALDA DESC. ADULTO TAM G C/08	pct	9	22,92	206,28
118	FRALDA DESC. ADULTO TAM M C/08	pct	9	20,44	183,96
119	FRALDA DESC. ADULTO TAM P C/08	pct	9	21,84	196,56
120	FRALDA DESC. INF TAM G C/07	pct	9	8,20	73,80
121	FRALDA DESC. INF TAM M C/08	pct	9	9,51	85,59
122	FRALDA DESC. INF TAM P C/09	pct	9	10,06	90,54
123	FRASCO P/ ALIMENTACAO 500ML	fra	59	7,48	441,32
124	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	fra	148	2,68	396,64
125	FRALDA DESC. INF TAM PP C/09	pct	9	5,28	47,52
126	GAZE TIPO QUEIJO 91X91 9FIOS	pct	49	25,50	1.249,50
127	GAZES 7,5 X 7,5 11FIOS C/500	pct	25	31,88	797,00
128	GAZES 7,5 X 7,5 9FIOS C/500	pct	49	24,40	1.195,60
129	GEL P/ ECG 1KG	lt	8	8,33	66,64



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000

CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

130	GEL P/ ULTRA SOM GL C 5 LT	gl	15	27,47	412,05
131	GERMI RIO GALÃO DE 5 LITROS	gl	9	50,79	457,11
132	GLICONATO DE CLOREXIDINA 2% A 4% SOLUCAO DEGERMANTE	u	49	30,62	1.500,38
133	GLUTARAL 2% - SOLUÇÃO	u	25	25,57	639,25
134	GLUTARALDEIDO 2% 28D C/5LT	gl	9	68,95	620,55
135	HIPOCLORITO DE SODIO 10MG DE CLORO/ML	u	30	13,65	409,50
136	HIPOCLORITO DE SODIO 25MG/ML (2,5%)	u	30	10,65	319,50
137	KIT MASC. PARA NEBULIZAÇÃO AD.	kit	15	15,74	236,10
138	KIT MASC. PARA NEBULIZAÇÃO INF	kit	15	18,35	275,25
139	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: G)	kit	30	4,39	131,70
140	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: M)	kit	30	4,94	148,20
141	KIT PAPANICOLAU NAO ESTERIL COMPLETO (TAMANHO: P)	kit	30	5,17	155,10
142	LAMINA 26X76MM FOSCA LAPIDADA CX/50 PEÇAS	cx	8	10,80	86,40
143	LAMINA 26X76MM FOSCA SEM LAPIDAR CX/50 PEÇAS	cx	8	8,79	70,32
144	LAMINA 26X76MM LISA LAPIDADA CX/50 PEÇAS	cx	8	9,74	77,92
145	LAMINA 26X76MM LISA SEM LAPIDAR CX/50 PEÇAS	cx	8	8,79	70,32
146	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11 CX C/ 100	cx	9	25,75	231,75
147	LÂMINA PARA BISTURI Nº 15 CX C/ 100	cx	5	26,85	134,25
148	LÂMINA PARA BISTURI Nº 24 CX C/ 100	cx	5	42,78	213,90
149	LAMINULA 22X22 C/100	cx	5	10,39	51,95
150	LAMINULA 24X24 C/100	cx	5	11,40	57,00
151	LANCETA PICADORA DESCARTAVEL PCT C/200	cx	8	10,89	87,12
152	LANCETA DESCARTAVEL P/TESTE DE GLICEMIA C/100 (COMUM)	cx	10	10,55	105,50
153	LANTERNA CLINICA	u	6	20,83	124,98
154	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL PARA MACA 50X50	rl	15	9,79	146,85
155	LENÇOL DESCARTÁVEL DE PAPEL PARA MACA 50X70	rl	15	11,74	176,10
156	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0	par	295	2,25	663,75
157	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5	par	295	2,45	722,75
158	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,0	par	295	2,72	802,40
159	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,5	par	295	3,73	1.100,35
160	LUVA LATEX AMARELA PARA LIMPEZA (TAMANHO P/M/G)	par	24	5,21	125,04
161	LUVA P/PROCEDIMENTO G C/100	cx	25	20,57	514,25
162	LUVA P/PROCEDIMENTO M C/100	cx	49	17,86	875,14
163	LUVA P/PROCEDIMENTO P C/100	cx	49	20,10	984,90
164	LUVA P/PROCEDIMENTO XP C/100	cx	25	16,68	417,00
165	MASCARA DESC. TRIPLA C / ELASTICO C / 50. UND	cx	123	8,54	1.050,42
166	MÁSCARA DESC. SIMPLES C/TIRAS C/100	pct	5	17,19	85,95
167	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) ADULTO	u	3	190,78	572,34
168	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) INFANTIL	u	3	157,72	473,16
169	MASCARA PARA RESSUSCITADOR (ambu) NEONATAL	u	3	145,57	436,71
170	MASCARA TIPO N95 PFF2 (bico de pato)	u	62	1,75	108,50
171	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO CIRURGICA	u	15	8,74	131,10
172	PAPAGAIO EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 1000ML	u	3	162,30	486,90
173	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 X 100	rl	3	51,88	155,64





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

174	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 X 100	rl	3	60,79	182,37
175	PAPEL GRAU CIRURGICO 20 X 100	rl	3	97,66	292,98
176	PAPEL GRAU CIRURGICO 25 X 100	rl	3	119,44	358,32
177	PAPEL GRAU CIRURGICO 30 X 100	rl	3	141,85	425,55
178	PAPEL TOALHA C/1000 – BRANCO	pct	13	18,36	238,68
179	PORTA LAMINA P/CITOLOGIA CAP-3 LAMINAS (BOREL)	fr	44	2,37	104,28
180	PRESEVATIVO COM LUBRIFICANTE CXA C/144	cxa	9	49,90	449,10
181	PRESEVATIVO SEM LUBRIFICANTE	cxa	6	63,36	380,16
182	PULSEIRA IDENTIFICADORA MÃE E FILHO BRANCA	u	89	1,04	92,56
183	PVPI DERGEMANTE 1L	u	25	31,99	799,75
184	PVPI TÓPICO 1L	u	25	33,61	840,25
185	RESSUSCITADOR ADULTO COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	u	1	178,94	178,94
186	RESSUSCITADOR INFANTIL COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	u	1	154,69	154,69
187	RESSUSCITADOR NEONATAL COM RESERVATÓRIO (AMBÚ)	gal	2	233,30	466,60
188	REVELADOR AUTOM. P/RX 38 LITROS	gal	2	428,83	857,66
189	SACO COBERTOR DE OBITO TAMANHO MEDIO	u	15	12,84	192,60
190	SACO COBERTOR DE OBITO TAMANHO PEQUENO	u	15	8,03	120,45
191	SAPATILHA DESC. C/100 (PRO-PÉ)	pct	44	9,00	396,00
192	SCALP 21G	u	148	0,31	45,88
193	SCALP 19G	u	148	0,51	75,48
194	SCALP 23G	u	1.230	0,32	393,60
195	SCALP 25G	u	1.230	2,57	3.161,10
196	SCALP 27G	u	590	0,32	188,80
197	SERINGA DESC. 1 ML P/ INSULINA C/ AG	u	492	0,48	236,16
198	SERINGA DESC. 1 ML, SEM AGULHA	u	492	0,57	280,44
199	SERINGA DESC. 10 ML C/ AG	u	246	0,49	120,54
200	SERINGA DESC. 10ML SEM AGULHA	u	1.476	0,44	649,44
201	SERINGA DESC. 20 ML C/ AG	u	246	0,54	132,84
202	SERINGA DESC. 20 ML, SEM AGULHA	u	738	0,49	361,62
203	SERINGA DESC. 3 ML C/ AG	u	246	0,31	76,26
204	SERINGA DESC. 3 ML, SEM AGULHA	u	2.951	0,19	560,69
205	SERINGA DESC. 5 ML C/ AG	u	246	0,34	83,64
206	SERINGA DESC. 5ML SEM AGULHA	u	2.951	0,39	1.150,89
207	SERINGA DESC. 60 ML, SEM AGULHA	u	59	2,01	118,59
208	SONDA DE FOLEY Nº 14 2V	u	35	2,96	103,60
209	SONDA DE FOLEY Nº 16 2V	u	35	3,49	122,15
210	SONDA DE FOLEY Nº 16 3V	u	35	5,22	182,70
211	SONDA DE FOLEY Nº 20 2V	u	35	3,76	131,60
212	SONDA DE FOLEY Nº 20 3V	u	35	6,19	216,65
213	SONDA DE FOLEY Nº 22 2V	u	35	3,43	120,05
214	SONDA DE FOLEY Nº 24 2V	u	35	3,35	117,25
215	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 10	u	35	2,55	89,25
216	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 12	u	35	2,57	89,95
217	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 14	u	35	2,89	101,15
218	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 16	u	35	3,07	107,45
219	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 18	u	35	2,36	82,60
220	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 20	u	35	2,28	79,80
221	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 22	u	35	2,90	101,50
222	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 24	u	35	2,75	96,25
223	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 4	u	35	2,54	88,90





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

224	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 6	u	35	2,60	91,00
225	SONDA GASTRICA DE LEVINE NR. 8	u	35	2,97	103,95
226	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 20	u	35	2,17	75,95
227	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 10	u	35	1,27	44,45
228	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 12	u	35	1,18	41,30
229	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 14	u	35	1,17	40,95
230	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 16	u	35	1,22	42,70
231	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 18	u	35	2,37	82,95
232	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 4	u	35	1,40	49,00
233	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 6	u	35	1,56	54,60
234	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. CURTA Nº 8	u	35	1,64	57,40
235	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 04	u	35	1,36	47,60
236	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 06	u	35	1,72	60,20
237	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 08	u	35	1,60	56,00
238	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 10	u	35	2,33	81,55
239	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 12	u	35	2,52	88,20
240	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 14	u	35	2,31	80,85
241	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 16	u	35	2,11	73,85
242	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 18	u	35	2,22	77,70
243	SONDA NASOGÁSTRICA DESC. LONGA Nº 20	u	35	2,34	81,90
244	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 10	u	35	1,36	47,60
245	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 12	u	35	1,46	51,10
246	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 14	u	35	1,37	47,95
247	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 16	u	35	1,17	40,95
248	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 18	u	35	2,25	78,75
249	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 20	u	35	2,45	85,75
250	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 22	u	35	2,88	100,80
251	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 24	u	35	2,38	83,30
252	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 4	u	35	1,17	40,95
253	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 6	u	35	1,21	42,35
254	SONDA PARA ASP. TRAQUEAL Nº 8	u	35	1,54	53,90
255	SONDA RETAL Nº 04	u	35	1,12	39,20
256	SONDA RETAL Nº 06	u	35	1,12	39,20
257	SONDA RETAL Nº 08	u	35	1,10	38,50
258	SONDA RETAL Nº 10	u	35	1,08	37,80
259	SONDA RETAL Nº 12	u	35	1,08	37,80
260	SONDA RETAL Nº 14	u	35	1,40	49,00
261	SONDA RETAL Nº 16	u	35	1,22	42,70
262	SONDA RETAL Nº 18	u	35	1,49	52,15
263	SONDA RETAL Nº 20	u	35	1,56	54,60
264	SONDA RETAL Nº 22	u	35	1,42	49,70
265	SONDA RETAL Nº 24	u	35	1,29	45,15
266	SONDA URETRAL DESC. Nº 04	u	35	1,71	59,85
267	SONDA URETRAL DESC. Nº 06	u	35	1,32	46,20
268	SONDA URETRAL DESC. Nº 08	u	35	1,41	49,35
269	SONDA URETRAL DESC. Nº 10	u	35	1,21	42,35
270	SONDA URETRAL DESC. Nº 12	u	35	1,22	42,70
271	SONDA URETRAL DESC. Nº 14	u	35	1,39	48,65
272	SONDA URETRAL DESC. Nº 16	u	35	1,19	41,65
273	SONDA URETRAL DESC. Nº 20	u	35	1,35	47,25
274	SONDA URETRAL DESC. Nº 18	u	35	1,14	39,90
275	SONDA URETRAL DESC. Nº 22	u	35	2,02	70,70
276	SONDA URETRAL DESC. Nº 24	u	35	2,09	73,15
277	TERMÔMETRO DIGITAL MAX/MIN	u	8	102,87	822,96
278	TERMÔMETRO CLINICO DIGITAL	u	10	11,69	116,90



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

279	TIRA PARA GLICEMIA CXA C/50	cx	20	26,64	532,80
280	TORNEIRINHA DESC. 3 VIAS	u	295	2,37	699,15
281	TOUCA DESC. C/ELASTICO C/100	pct	59	24,09	1.421,31
282	TUBO EM LÁTEX PARA GARROTE 200	mtr	30	2,71	81,30
283	TUBO EM LÁTEX PARA GARROTE 204	mtr	30	8,87	266,10
284	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0MM C/BALÃO	u	35	6,24	218,40
285	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5MM C/BALÃO	u	35	6,36	222,60
286	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0MM C/BALÃO	u	35	6,44	225,40
287	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5MM C/BALÃO	u	35	6,13	214,55
288	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0MM C/BALÃO	u	35	6,11	213,85
289	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5MM C/BALÃO	u	35	5,75	201,25
290	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0MM C/BALÃO	u	35	5,91	206,85
291	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0MM C/BALÃO	u	35	6,13	214,55
292	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0MM C/BALÃO	u	35	5,80	203,00
293	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0MM C/BALÃO	u	35	5,28	184,80
294	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,0MM S/BALÃO	u	35	4,26	149,10
295	TUBO ENDOTRAQUEAL 8,5MM C/BALÃO	u	35	4,16	145,60
296	TUBO ENDOTRAQUEAL 9,0MM C/BALÃO	u	35	5,47	191,45
297	UMIFICADOR CILINDRO DE OXIGENIO	u	4	22,80	91,20
298	VASELINA LIQUIDA 1000ML	lt	15	47,65	714,75
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 91.922,08</b>
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 1.125.019,40</b>

## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2026.

**DOTAÇÃO:**

**ÓRGÃO:** 02.07.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10.301.0023.2056.0000 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10.301.0021.2069.0000 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 - Material de Consumo



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**  
**DISPENSA EMERGENCIAL**

À  
Prefeitura Municipal de Turilândia/MA.

**PROPOSTA DE PREÇOS**

Ref.: DISPENSA EMERGENCIAL Nº 004/2026.

Prezado (a) senhor (a),

Pela presente, submetemos à vossa apreciação a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

**1. Proponente:**

Razão Social: .....  
CNPJ: .....  
Endereço: .....  
E-mail: .....  
(DDD) Telefone: (...) .....

**2. Representante legal que assinará o contrato:**

Nome: .....  
Cédula de identidade/órgão emissor: .....  
CPF: .....  
Cargo/Função: .....  
E-mail: .....  
(DDD) Telefone: (....) .....

**3. Proposta de Preços: R\$ .....**

Valor global: R\$ ..... (.....).

**PLANILHA COM QUANTITATIVOS E PREÇOS/MARCAS**



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

4. Prazo de validade da proposta: .....

5. Prazo de execução: .....

6. Condições de pagamento: .....

7. Dados Bancários:

Banco: Banco do Brasil, Agência: .....

Declaramos que os preços unitários e total dos itens foram cotados em moeda nacional (Real – R\$), já incluídos todos os tributos (impostos e taxas), encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

.....(.....), ..... de ..... de .....



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES**  
**DISPENSA EMERGENCIAL**

À  
Prefeitura Municipal de Turilândia/MA.

**REF.: DISPENSA EMERGENCIAL N°. 004/2026**

A Empresa (**RAZÃO SOCIAL**), inscrita no CNPJ nº (---), DECLARA:

**Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) do Município de Turilândia/MA.**

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data não possui, como sócio, servidor ou dirigente \_\_\_\_\_, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado**

Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

**Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação**

Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**

Declara que possui pleno conhecimento do objeto da Dispensa de Licitação nº 004/2026 e concorda com todas as exigências contidas no Requisição.

**Declaração de Enquadramento na Condição de ME ou EPP**

Declara sob as penas da lei, que está enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da lei complementar nº. 123/2006 e suas alterações, e que no ano-calendário de realização da presente dispensa de licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei Federal nº. 14.133/2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

(\_\_ cidade \_\_), \_\_ de \_\_\_\_ de 20XX.

---

Assinatura do Representante Legal





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

## **ANEXO IV- MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050302/2026**  
**DISPENSA EMERGENCIAL Nº 004/2026**  
**CONTRATO Nº XXX/2026**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TURILÂNDIA  
- MA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE  
E SANEAMENTO E A EMPRESA  
..... PARA O FIM QUE  
A SEGUIR SE DECLARA**

Pelo presente instrumento particular de contrato de um lado o município de Turilândia – MA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.533/0001-97, através da Secretaria de Saúde e Saneamento, neste ato representada por sua Secretária, Sra. ...., portadora do CPF sob o Nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa, sediada à ....., CNPJ nº ....., neste ato representada na forma de seu ato constitutivo pelo(a) Senhor(a) ....., portador(a) do CPF Nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA** têm entre si, ajustado o presente Contrato de Fornecimento, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho constante no **Processo Administrativo nº 050302/2026**, da Contratação Direta por **Dispensa de Licitação** em sua forma **Eletrônica nº 004/2026** e seus anexos, e ainda da proposta adjudicada que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes e observando às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 09/2024, de 25 de março de 2024, Decreto Estadual nº 41.741/2026, de 09 de fevereiro de 2026, Decreto Municipal nº 14/2026, de 24 de março de 2026 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação emergencial de empresa para fornecimento de medicamentos e material médico hospitalar para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Saneamento do município de Turilândia – MA, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta

1.2.3. Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.4. A Proposta do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 03 (três) meses, com início na data de sua assinatura, até xx de xxxxxxxx de 20xx, sem prerrogativa de prorrogação.

**3.0. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. Conforme Termo de Referência.

**4.0. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5.0. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de \_\_\_\_\_ que será pago a contratada na proporção em que o fornecimento for executado.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6.0. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestado pelo fiscal indicado pela Secretaria Municipal Requisitante, demonstrando a entrega do objeto solicitado na Nota de fornecimento;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 6.2. O pagamento estará condicionado a manutenção das condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido;
- 6.3. 3.3. A Nota fiscal deverá conter o número da Conta Corrente, Agência e Banco para crédito;
- 6.4. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo simples, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo;
- 6.5. O Contratante reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização;
- 6.6. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo fiscal através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada;
- 6.7. Na ausência do fiscal do contrato (férias, licença ou viagem por interesse do Poder Judiciário), o atesto será dado através de outro servidor vinculado à Administração;
- 6.8. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, nota de empenho e vinculado à conta corrente da Contratada.

**7.0. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços pactuados não sofrerão reajuste de preços.

**8.0. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão (no prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período) sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data do Protocolo.
- 8.10. Sob nenhuma hipótese a Administração responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.0. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; 2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual; 3) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**10.0. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1. A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155.

11.2.3. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.2.4. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

11.2.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município de Turilândia/MA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.2.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.3. As sanções previstas nos subitens 20.2, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando- a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora no importe de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor do contrato.

11.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

11.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.

11.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, hipótese em que também se aplicam os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação de que trata o item anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto ainda:

12.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

**13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**DOTAÇÃO:**

**ÓRGÃO:** 02.07.00- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10.301.0023.2056.0000 - Manutenção do Programa Farmácia Básica

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 10.301.0021.2069.0000 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

**14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

17.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

17.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**

Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro – Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

17.7 – O CONTRATADO deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8 – O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9 – O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10– Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12– Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**18.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Helena – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Turilândia – MA, xx de xxxxxxxxxxxx de 20XX.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURILÂNDIA**  
Praça Carlos Alberto Siqueira Amorim, 100 – Centro –Turilândia - CEP: 65.276-000  
CNPJ Nº 01.612.533/0001-97

**CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Turilândia/MA**  
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXXXXXXXXX

**TESTEMUNHAS**

---

NOME:

---

NOME: